

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 27 | Nº 02 | FEVEREIRO 2007 | R\$ 13,00



AGROENERGIA

Brasil e EUA articulam aliança

PAC

O que cabe no agronegócio

Safra 2006/07

A volta do lucro

Farm Bill 2007

Proposta pouco arrojada





PORTAL DO FAZENDEIRO



**Plantando informações
e colhendo sucesso**

www.fazendeiro.com.br

O agronegócio é o seguinte

PAC, Farm Bill e OMC

O GOVERNO anunciou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). São R\$ 503,9 bilhões para serem aplicados em obras de infra-estrutura nos próximos quatro anos. Se funcionar, a taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto passa de 19,5% para 22%. Apesar da opinião pública receber a notícia com uma certa dose de ceticismo, existe o lado positivo de retomar as discussões em torno do desenvolvimento nacional. O Brasil, infelizmente, não tem conseguido uma taxa de crescimento de acordo com os anseios da sua sociedade.

Na área do agronegócio, o PAC tem seus impactos, sejam diretos ou indiretos. A infra-estrutura é um dos grandes gargalos que impedem o setor de melhorar a sua competitividade a médio e longo prazos e de superar a marca de US\$ 50 bilhões nas exportações deste ano. São conhecidos os problemas de armazenagem, transporte e portos.

Pelo menos sete pontos mereceriam um plano mais detalhado e com metas específicas: pesquisa-desenvolvimento, desoneração tributária, seguro rural, defesa sanitária, agregação de valor, agroenergia e negociação internacional. Um desafio de ordem coletiva e não individual para o governo e para as lideranças do setor.

E vem aí a Farm Bill versão de 2007. O documento já está em discussão no Congresso norte-americano. Em período recente, o orçamento do programa foi às alturas junto com os subsídios:

1. no Federal Agricultural Improvement and Reform Act (FAIR Act), assinado em 4 de abril de 1996, que terminou em 30 de setembro de 2002, com duração de quase sete anos;
2. na Farm Security and Rural Investment Act of 2002 (Farm Bill 2002), em vigor a partir de 13 de maio de 2002;

Com expectativa de se chegar a uma definição entre março e abril, depois de muitas idas e vindas, as atenções se voltam para a Rodada Doha, iniciada em 2001, na Organização Mundial do Comércio (OMC). A pergunta bá-

sica é se a Farm Bill proposta, considerada um esboço de como o governo norte-americano pretende tratar a agricultura nos próximos anos, ajudará ou não os trabalhos na OMC.

Diante de um cenário de melhores preços no mercado internacional e a expectativa de menores volumes nos subsídios, os cortes sugeridos foram tímidos e decepcionaram à primeira vista.

Em contrapartida, o discurso do presidente Bush e a proposta dos EUA de montar uma parceria com o Brasil com o objetivo de promover o etanol como *commodity* mundial, trouxe entusiasmo internamente. Se os passos forem seguros nessa direção, abre-se um de céu de brigadeiro para o agronegócio brasileiro. Será uma oportunidade de ouro. Serão beneficiados não apenas a indústria sucroalcooleira, mas a produção de milho e de soja, que representam quase 80% da safra nacional.

É claro que o País não pode deixar de fazer sua lição de casa. A questão da biossegurança não é conduzida com a firmeza necessária para dar credibilidade externa e sinalizar o caminho desejado pelo Brasil no setor. Não se pode repetir no algodão e no milho os percalços sofridos na soja. A imagem de uma área estratégica será arranhada, e os investimentos desestimulados ainda mais. Enquanto isso, a área plantada com organismos geneticamente modificados passa da casa de 100 milhões hectares no mundo.

Se bons tempos se avizinham para o agronegócio, a conta a ser prestada de um passado recente desfavorável é elevada. A safra de grãos está próxima de um novo recorde, os segmentos de insumos e máquinas esperam recuperar as perdas e as quedas nas vendas. As tendências de produção apontadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ratificam esse movimento. Os desdobramentos dos próximos meses no PAC, na Farm Bill e na OMC serão cruciais para eliminar as incertezas de uma mera recuperação de curto prazo e sem sustentação futura. ■

AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do
Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,
Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de
Oliveira, Ricardo Conceição, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor chefe: Antônio Carlos Kfoury Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher
Arte: André C. Michelin e Renata Owa
Revisão: Cacalo Kfoury
Fotos: Gustavo Alves (capa) e Getty Images (pág. 5,11,16,20,27,45,46)
Secretaria e apoio administrativo: Debora
Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.
Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e
Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.
Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.
Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.
Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-
3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,
8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.agroanalysis.com.br



*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e
filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar
no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia
e Administração, bem como contribuir para a proteção
ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra
Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

Conselho Diretor:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,
Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio
Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho,
Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob
Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna e Nestor Jost

Conselho Curador:

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira
de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martins
Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo
(Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau
S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Eduardo Hitiro Nakao
(IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo
Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das
Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do
Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles
(Publicis Salles Norton), Andrew MacLachlan Gray (Souza Cruz S/A), Raul
Calfat (Votorantim Participações S.A), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de
Petróleo Ipiranga S.A), Luiz Roberto Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza
Marinho (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de
Investimentos Crédit Suisse S.A, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia
Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos
Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Rui Barreto (Café
Solável Brasília S.A), Titto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia S.A)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

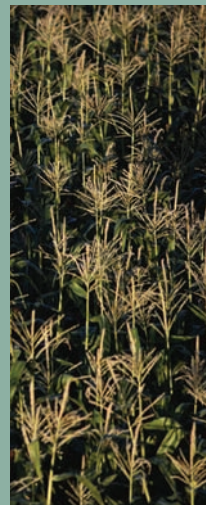
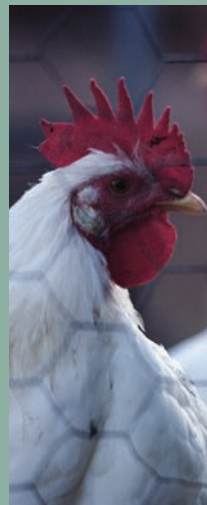
Diretor da FGV-EAESP: Fernando S. Meirelles

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.agroanalysis.com.br
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Sebastião Costa Guedes

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

Mercado & Negócios

12 Laranja

15 Lácteos

17 Leite

20 Safra

20 Fertilizantes

21 Tratores e colheitadeiras

22 Defensivos

23 Farm Bill

26 Megatendências

28 Mandioca

Política agrícola

30 Infra-estrutura

Agroenergia

34 Etanol

Gestão

41 Internet

43 Qualiagro

Sustentabilidade

45 Biotecnologia

46 Meio ambiente

47 Produzir

48 Legislação

49 Diário de bordo

50 Opinião

Agroenergia



Brasil e EUA costuram aliança

Farm Bill



Nova lei
contraria
princípios
da OMC

Leite



Como
competir
com a cana

Safra



Clima e mercado favoráveis

Sebastião Costa Guedes,
Presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC)

Carne brasileira tem o sabor de natureza

Bruno Blecher
da Redação

SEBASTIÃO COSTA Guedes anda mais agitado que de costume. Depois de comandar o Grupo Interamericano para a Erradicação da Febre Aftosa (Giefa), o presidente do CNPC arregaçou as mangas para preparar o Congresso Internacional da Carne, que será realizado entre os dias 25 e 27 de abril em São Paulo.

“Vamos mostrar ao mundo o tamanho e a alta qualidade de nossa pecuária”, diz Guedes. Para ele, o Brasil precisa mudar a sua imagem no exterior. “Eles desconhecem nossa moderna rede de frigoríficos. Também não sabem que as condições de criação dos animais no Brasil são muito superiores às daquelas que a Europa pratica. Há hoje no mundo mais de 800 milhões de pessoas carentes ou subnutridas. O

Brasil é um dos países que podem oferecer carne e ampliar a oferta de proteínas.”

AGROANALYSIS O Conselho Nacional de Pecuária de Corte vai promover em abril próximo o Congresso Internacional da Carne, reunindo *players* do mercado e especialistas da área de sanidade animal em São Paulo. Quais serão as novidades deste evento?

SEBASTIÃO COSTA GUEDES A pecuária brasileira incrementou a produção enormemente. Estamos abatendo mais de 44 milhões de animais por ano, o que é um desempenho fantástico. Agora as premissas que o mercado de alto nível usava estão hoje num patamar diferente que no ano 2000. Hoje se valoriza sanidade animal em primeiro lugar, a ecologia, entre

outras questões. Acho que dentro desse conceito é que será realizado o Congresso Internacional da Carne. Será um congresso dos novos tempos, com o Brasil na liderança do mercado mundial.

AGROANALYSIS Quais são as principais exigências do consumidor europeu com relação à carne bovina?

GUEDES O consumidor europeu, em primeiro lugar, exige sanidade, porque eles não querem correr o risco de reintroduzir certas doenças que eles já erradicaram. Outra exigência é a rastreabilidade. O sujeito quer saber o que está comendo, de onde vem a carne e de que maneira o boi foi criado. Devido às várias doenças que ocorreram na Europa, eles querem ter a segurança alimentar ampliada. Por outro



“ Há hoje no mundo mais de 800 milhões de pessoas carentes ou subnutridas. O Brasil é um dos países que podem oferecer carne e ampliar a oferta de proteínas”

lado, eles são submetidos à pressão do noticiário. São notícias algumas vezes justas, outras injustas, que mostram o Brasil degradando o meio ambiente, derrubando florestas tropicais e coisas do gênero. Esse enfoque ecológico também é importante no mercado de carne, assim como o bem-estar animal.

AGROANALYSIS A imprensa internacional exagera na dose?

GUEDES Eles desconhecem nossa moderna rede de frigoríficos. Também não sabem que as condições de criação dos animais no Brasil são muito superiores àquelas que a Europa pratica. No Brasil, os confinamentos são restritos: 85% da produção são de bovinos criados a pasto, livres. Acho que nós temos de mostrar tudo isto. Precisamos mostrar também que temos uma infra-estrutura industrial enorme, capaz de atender à demanda mundial. Há hoje no mundo mais de 800 milhões de pessoas carentes ou subnutridas. O Brasil é um dos países que podem oferecer carne e ampliar a oferta de proteínas.

AGROANALYSIS A Europa também está preocupada com a ração que o boi brasileiro recebe?

GUEDES Exatamente. Os animais precisam cada vez mais de ração saudável e farta. Existe também uma tendência para o animal orgânico. No Brasil, o animal tem um bom pasto, suplementação mineral e um programa de vacinação adequada. Esses parâmetros de criação atendem perfeitamente às exigências dos consumidores das classes média e alta no exterior.

AGROANALYSIS Sempre achei que a carne de um animal criado solto no pasto tem um sabor diferente da do boi confinado. Isto procede?

GUEDES Na Europa, você come uma carne num restaurante e não reconhece o sabor. Não sabe se está comendo frango, suíno ou vitela. O gosto é o mesmo. O animal que recebe uma excessiva carga de drogas tem o sabor da carne alterado. A carne brasileira tem sabor de natureza.

AGROANALYSIS Esta pergunta fizeram milhares de vezes ao senhor, mas eu vou repetir: por que o Brasil não consegue erradicar a febre aftosa?

GUEDES Por um somatório de fatores. Nós fizemos um esforço muito grande de 87 para cá, quando houve maior presença da iniciativa privada nos programas governamentais e muitas regiões progrediram enormemente. Hoje o problema está concentrado nas áreas de fronteira. O

comunidades. A Funai deve ajustar um mecanismo em que os índios também tenham os seus rebanhos bovinos protegidos e vacinados. Com isso, vamos eliminando os nichos da aftosa.

AGROANALYSIS Falta também uma coordenação política mais eficiente para controle da aftosa nos países vizinhos.

GUEDES É essencial erradicar a febre aftosa na Região Centro-Oeste. O governo

“Na Europa, você come uma carne num restaurante e não reconhece o sabor. A carne brasileira tem sabor de natureza”

Brasil Central e Litorâneo acabou com a aftosa há muito tempo. O que acontece é que muita gente relaxa na vacinação. Há, de outro lado, interpretações erradas de certas autoridades estaduais. Nós temos de incrementar a vacinação nos animais jovens e temos de saber que, infelizmente, existem regiões no nosso país onde a circulação viral é bem intensa. Nessas regiões, temos que aliar um bom sistema de cadastro de propriedade e de animais a um sistema eficiente de vacinação e de fiscalização. Se nós efetuarmos isso intensamente, durante quatro ou cinco anos, vamos erradicar a doença clinicamente e conseqüentemente haverá uma redução drástica da circulação viral. Com isso vamos poder retirar gradativamente a vacinação. Acontece que o pecuarista se esquece de vacinar, e o vírus volta. Existem comunidades onde nós temos problemas para entrar. As indígenas e os assentamentos, por exemplo. O governo deveria levar educação sanitária, na forma clássica de extensão rural, para essas

e a iniciativa privada do Brasil, do Paraguai, da Bolívia e da Argentina precisam trabalhar juntos, buscando soluções a quatro mãos. Com dois ou três anos de bom trabalho nós erradicaremos a doença nessas regiões. Fui presidente do Grupo Interamericano para a Erradicação da Febre Aftosa (Giefa), cumprir meu mandato, e agora estou apoiando o trabalho do novo presidente, o norteamericano Phil Bradshaw. Trabalhamos e atualizamos o programa. Conseguimos introduzir um diálogo bastante franco entre os governos e a iniciativa privada nas áreas críticas. Com a estrutura formal de defesa do Mercosul, conseguimos incentivar os governos da região a destinar verbas para a defesa sanitária.

AGROANALYSIS De onde vem o dinheiro?

GUEDES De um fundo que os países têm para emergências: US\$ 16,3 bilhões estão lotados agora para defesa sanitária animal. Nunca tínhamos conseguido isto antes. Tivemos o apoio dos ministros Ro-

“Nós perdemos a conta do rebanho brasileiro, mas seguramente não é menor do que 190/195 milhões, também não é maior do que 210 milhões de cabeças”



berto Rodrigues e Guedes Pinto. O governo brasileiro alocou US\$ 1,8 bilhão para um projeto específico de melhoria da defesa sanitária animal.

AGROANALYSIS A pecuária brasileira enfrenta uma fase de vacas magras. Como sair da crise?

GUEDES As margens estão comprimidas, e o criador não está satisfeito com a remuneração que vem obtendo. Depois da crise da aftosa, nós perdemos exportações e aumentou a oferta de carne. O consumo *per capita* de carne bovina hoje está estagnado em 35,3 kg por habitante por ano, enquanto o brasileiro come 42 kg/ano de frango. O que nós precisamos para carne bovina é fazer um *marketing* moderno, incrementar a divulgação, para tentar colocar a carne bovina na alimentação da população brasileira, como uma opção concreta e real, principalmente na merenda escolar.

AGROANALYSIS Em recente entrevista à revista DBO, o empresário Jovelino Mineiro, diretor da ABCZ, defendeu a introdução do *corned beef* na merenda escolar.

GUEDES A carne industrializada deveria estar na merenda escolar. Trata-se de um produto que pode ser perfeitamente

conservado. É uma carne que o Brasil exporta muito até para os EUA, com custo mínimo. Nós deveríamos incrementar a sua utilização.

AGROANALYSIS A sociedade brasileira, principalmente a imprensa, tem a falsa imagem de que o pecuarista é um latifundiário, que anda por aí com picape importada e botas de pelica alemã. Na verdade, a ABCZ dispõe de dados que comprovam um perfil completamente diferente. A maioria dos seus associados tem meia dúzia de vaquinhas pastando no sítio e transporta a ração do gado numa Fiorino 79 caindo aos pedaços. Isto procede?

GUEDES De fato, o criador de gado de elite representa a minoria da pecuária brasileira. Você citou a ABCZ. Eles estão investindo no programa Pró-Genética, fundamental para melhorar a tecnologia do pequeno criador. Precisamos reduzir o número de animais abatidos em matadouros municipais. Essa carne é percentualmente muito expressiva em termos de consumo no interior do Brasil, por parte das classes menos privilegiadas.

AGROANALYSIS A carne clandestina ainda é expressiva ou diminuiu?

GUEDES Diminuiu um pouco, mas ainda é muito expressiva. Eu não diria carne clandestina, mas carne informal. Se considerarmos o abate sob inspeção federal, nós temos entre 22 e 23 milhões de cabeças de um total de 44 milhões de bovinos abatidos. Mais ou menos 45%.

AGROANALYSIS O Brasil perdeu a conta do tamanho de seu rebanho?

GUEDES Todo mundo diz que nós perdemos a conta do rebanho, mas seguramente não é menor do que 190/195 milhões, também não é maior do que 210 milhões de cabeças. É, sem dúvida alguma, o maior rebanho comercial do mundo.

AGROANALYSIS Quantos países vão participar do Congresso Internacional da Carne?

GUEDES Eu calculo que entre 30 e 40 países. Estou particularmente feliz. A China vai mandar doze empresários. Vamos receber exportadores europeus, grandes atacadistas, varejistas. De outro lado, é uma chance de mostrar o tamanho e a qualidade da pecuária brasileira. Há programas alternativos, paralelos ao Congresso, para visitas a fazendas e centrais de inseminação. ■

Macroeconomia

Pressões no curto prazo

Rogério Mori*

UMA DAS características que tem permeado o quadro inflacionário dos últimos meses tem sido a reversão do comportamento dos preços dos alimentos ante o verificado em 2005 e boa parte do ano passado. De fato, o grupo alimentação e bebidas do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, que vinha registrando variações negativas de maneira quase sistemática ao longo do primeiro semestre de 2006, reverteu seu comportamento e passou a registrar variações positivas desde junho do ano passado. Com isso, as variações acumuladas em 12 meses passaram para o campo positivo em setembro de 2006 e o resultado acumulado do ano ficou em 1,23%, sendo um dos principais responsáveis pela pequena variação do IPCA, que ficou abaixo da meta.

Em certo sentido, esse efeito no varejo já podia ser antecipado em face do comportamento dos preços agrícolas no atacado. Segundo a FGV, o Índice de Preços no Atacado (IPA) de produtos agrícolas registrou variações mensais negativas até maio do ano passado, passando para o campo positivo desde então. Esse movimento condicionou as variações acumuladas em 12 meses do índice, que passaram a ser positivas em setembro. O índice fechou o ano com variação acumulada de 6,92%, representando um claro contraste com os -6,32% verificados em 2005.

De um lado, essas parecem ser notícias favoráveis para o setor agrícola, que vivenciou um virtual “derretimento” de preços ao longo de 2005 e em parte do ano passado. Grande parte desse fenômeno foi condicionada pela apreciação do real frente ao dólar observada desde 2003. Tal

fato contribuiu para a queda dos preços agrícolas, que se mostrou mais acentuada que a verificada nos preços industriais no mesmo período. Com a estabilização da cotação da moeda norte-americana no patamar situado entre R\$ 2,10 e R\$ 2,15 nos últimos meses, era razoável supor que o efeito da apreciação cambial sobre os preços agrícolas se esgotasse em algum momento. Aparentemente, esse fenômeno ocorreu na virada do primeiro para o segundo semestre do ano passado. Nesse sentido, apenas com novas apreciações cambiais esse efeito poderia ocorrer novamente daqui por diante (hipótese que não deve ser inteiramente descartada ante o ocorrido no início do ano com o rompimento do piso de R\$ 2,10).

Dessa forma, na ausência de maiores oscilações na taxa de câmbio e de alterações significativas nos preços internacionais, os preços agrícolas devem seguir seu padrão tradicional verificado ao longo do ano, algo que parece estar se verificando no início de 2007.

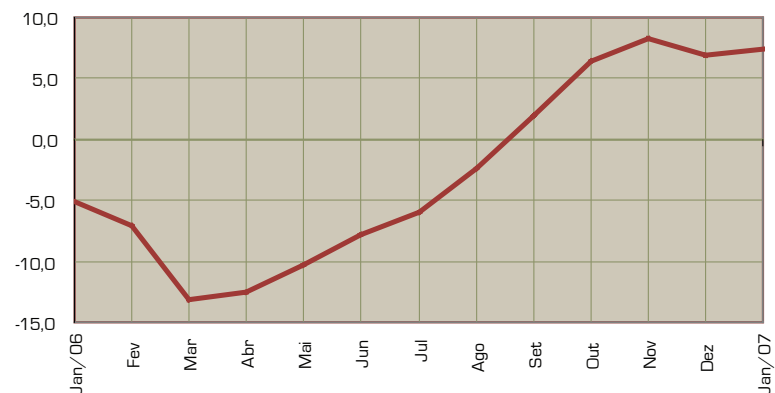
O outro lado dessa história remete, pelo menos no curto prazo, a um maior conservadorismo da parte do Banco Central (BC) no que tange à condução da política monetária. Nesse sentido, as pressões de preços verificadas no final do ano passado e início de 2007 levaram a um maior conservadorismo do Comitê de Política Monetária (Copom) nas últimas decisões acerca da meta da taxa básica de juros – Selic. Tudo indica que esse quadro não deve ser revertido nas próximas reuniões

e a taxa de juros deve prosseguir um lento ritmo de queda. Nesse contexto, é de se esperar que as taxas de juros na ponta do empréstimo também caiam de forma moderada nos próximos meses, o que fará com que os custos de financiamento à produção se mantenham relativamente elevados pelo menos ao longo do primeiro semestre de 2007. Com isso, o crescimento econômico do ano deverá permanecer abaixo das expectativas atuais de mercado, de 3,50%.

A questão relevante, no entanto, é se as pressões inflacionárias recentes permanecerão no médio prazo. Nesse aspecto, as maiores indicações são de que, afora alguma turbulência externa, o cenário inflacionário para o ano deverá ser relativamente tranquilo. As projeções de mercado já apontam para uma variação do IPCA inferior a 4% neste ano.

Curiosamente, esse quadro sancionaria maiores reduções da taxa básica de juros por parte do Banco Central. No entanto, este se mostra reticente e preocupado com uma potencial evolução da demanda incompatível com o ritmo de expansão da oferta agregada no País sem que ocorra a formação de pressões inflacionárias significativas. Sob essa ótica, o BC poderia estar perdendo uma grande oportunidade de um movimento mais ousado em termos de política monetária, algo que poderá ser lamentado mais adiante. ■

Índice de preços no atacado – produtos agrícolas (var. % acum. 12 meses)



Fonte: IBGE. Elaboração: FGV-EESP/Cemap

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

Pingüim com zebu

A choperia Pingüim vai instalar os seus barris na maior feira de zebu-ínos do mundo, a ExpoZebu, que acontece de 29 de abril a 10 de maio em Uberaba (MG). Além do chope, a Pingüim leva a carne. O restaurante Barbacoa, que também pertence ao grupo de Ribeirão Preto, vai preparar os bifes em Uberaba.

Planta nova



O Marfrig inaugura sua nona unidade de abate e processamento de carnes no País em São Gabriel (RS), a 320 km da capital Porto Alegre. A planta tem capacidade para abater até 1.000 cabeças/dia. A capacidade de abate do grupo atinge agora 10 mil cabeças/dia. Em 2006, o Marfrig abateu mais de 1,5 milhão de bovinos (375 mil toneladas de carne processada). Nos últimos meses, o frigorífico adquiriu unidades na Argentina, Uruguai e firmou joint-venture com a trading chilena Quinto Cuarto, com a intenção de atingir novos mercados.



BR-163

Após o Zoneamento Ecológico-Econômico da BR-163 (Santarém-Cuiabá), a Embrapa Amazônia Oriental inicia em março o zoneamento agrícola em 334.450 km², classificando os sistemas de produção nas áreas de consolidação e nas áreas de expansão. As culturas iniciais serão arroz, milho e soja. O ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico) representa um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia Legal.

SEGURANÇA NO AGRONEGÓCIO

O Instituto Biológico faz 80 anos estreando um novo curso de pós-graduação: Sanidade, Segurança Alimentar e Ambiental no Agronegócio. A proposta é capacitar profissionais com uma visão multidisciplinar.

Baixa potência

A New Holland, empresa do grupo CNH, lança nos próximos meses um trator na faixa de 50 hp, para competir com a Agrale e a Massey Ferguson, que lideram este mercado.

Gás bovino

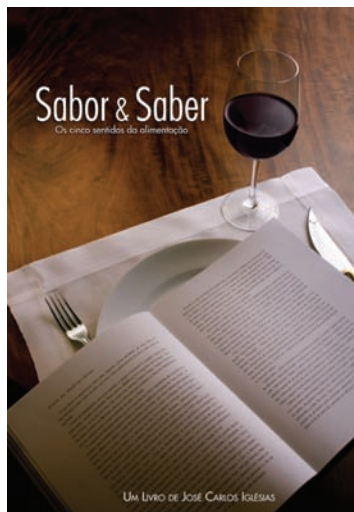
O relatório intergovernamental sobre mudanças climáticas, anunciado há duas semanas pela ONU, contou com a participação de dois pesquisadores da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) de especialistas em pecuária. Magda Aparecida Lima (Embrapa Meio Ambiente, de Jaguariúna-SP) e Odo Primavesi (Embrapa Pecuária Sudeste, de São Carlos-SP) estudam há vários anos a emissão de gases por bovinos e seu impacto ambiental. O gás metano, expelido pelos animais, contribuiu para o agravamento do efeito estufa.

ÁLCOOL

“Entre as prioridades da pesquisa devem estar o álcool de celulose e o mapeamento das áreas para ampliar a produção, sem que o avanço da fronteira agrícola ameace a biodiversidade”

Editorial da Folha de S.Paulo, 9 de fevereiro de 2007

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br



Sabor & Saber

Os mais desavisados vão dizer que se trata de um livro sobre gastronomia. Afinal, o nome Iglésias é uma espécie de sinônimo de Rubaiyat, grupo de restaurantes que está comemorando 50 anos. Médico, nutrólogo e gourmet, Carlos Iglésias, o caçula da família Rubaiyat, misturou vários ingredientes para compor o seu livro (Sabor & Saber): segurança alimentar, nutrição, saúde e gastronomia, temperados com um pouco de história. O resultado desta receita pode ser conferido na Livraria Cultura ou no Porto Rubaiyat, tel. (11) 3077-1111.

Agricultura orgânica



De 3 a 6 de maio acontece no Pavilhão da Bienal, no Parque Ibirapuera, a 3ª edição da Bio Brazil Fair – Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia, que reúne 200 empresas em uma área de 7 mil m² para apresentar as principais novidades do segmento. www.biobrazilfair.com.br

Movido a biodiesel



Barra dos Bugres (MT) será o cenário da segunda fase do projeto biodiesel da Valtra. Dois tratores Valtra BH 180 estão integrados ao trabalho nas lavouras de cana da Usina Barralcoo para testar durante 18 meses (4000 horas), a performance dos combustíveis B-50 (50% de biodiesel e 50% de diesel) e B-100 (100% biodiesel). Um terceiro BH 180, abastecido com 100% de diesel, servirá de espelho do projeto.

No interior de São Paulo, a Valtra e a Usina Catanduva concluem em março o projeto Biodiesel, após 18 meses e mais de 3.000 horas de testes nas lavouras de cana do interior de São Paulo. Estão sendo avaliados três tratores de 180 cv movidos a biodiesel: B05-soja (5% de biodiesel e 95% de diesel), B05-mamona e B-20 de soja. Outro trator, B-0 (100% diesel), serve como referência. O relatório final dos testes já foi entregue em novembro à ANP. A Valtra e seus parceiros aguardam agora a validação dos testes. Rogério Zanotto, coordenador de Marketing de Produto da Valtra, adianta que os resultados dos testes mostram um excelente desempenho dos motores e comprovam a viabilidade econômica e a segurança do biodiesel como combustível alternativo para máquinas agrícolas.

Governança corporativa

A Perdigão foi escolhida a melhor empresa brasileira e a melhor empresa do setor de consumo e varejo da América Latina em governança corporativa pelo IR Global Rankings 2007, organizado pela MZ Consult e JP Morgan, KPMG e Linklaters.

ENERGIA

US\$ 14 bilhões

Serão investidos no setor sucroalcooleiro do Brasil nos próximos seis anos, segundo estimativa da Unica

Laranja

Conjuntura favorável

Marcos Fava Neves*
 Marcos Sawaya Jank**
 Frederico Fonseca Lopes***

NO ÂMBITO mundial, no que se refere ao suco de laranja, o Brasil detém quase 60% da produção e mais de 80% de participação no mercado. O País exporta US\$ 1,2 bilhão em suco de laranja, cujo consumo cresce a uma taxa de 2% a 4% ao ano. Problemas climáticos na Flórida e doenças aumentaram os preços em mais de 50% em 2005.

O setor tem hoje a oportunidade de desenvolver novas posturas estratégicas. O momento é positivo, em termos do cenário favorável de preços no futuro próximo. Uma possibilidade de melhorar a coordenação da cadeia produtiva e recuperar a perda de imagem aos olhos do governo, da sociedade e do mercado consumidor.

As exportações brasileiras de suco de laranja não cresceram na mesma velocidade das exportações nos últimos 10 anos, por ser um mercado mais maduro. O Suco de Laranja Congelado e Concentrado (SLCC) perde participação percentual, mas representa em média 5%.

Entre 2001 e 2005, a taxa de crescimento médio anual da indústria de polpas e sucos de frutas foi de 27,7%, aproximadamente 13 vezes maior que o do PIB e da indústria geral.

Enquanto em 2001 a indústria geral sofreu uma retração de 0,3% em relação ao período anterior e o PIB teve um crescimento de 1,4%, a indústria de sucos cresceu 46,8%. Em todo o período, o setor de polpas e sucos de frutas apresentou taxas de crescimento superiores às outras.

O mercado PPB (prontos para beber) ainda apresenta baixa penetração domiciliar. SPPB, água de coco e BBS possuem um mercado de cerca de, respectivamente, 370, 38 e 160 milhões de litros/ano, e penetração domiciliar de 40%, 5% e 13%. O sabor corresponde a 50% na decisão de compra do consumidor. A preferência por sucos e néctares recai, pela ordem, nos sabores de uva, pêssego, laranja, manga, maracujá, goiaba, maçã, caju e outros.

O mercado de JNSD¹ (*juice, néctar and still drinks*) tem crescido globalmente puxado pelos países emergentes, cujo consumo passou de 30 para 50 bilhões de litros/ano, no mesmo período, enquanto os mercados desenvolvidos registraram aumento no consumo de 66 para 74 bilhões de litros/ano. Em 1999, o volume consumido foi de 96 bilhões de litros, enquanto que no ano de 2005 foi de 124 bilhões de litros.

O volume consumido de produtos que necessitam de distribuição refrigerada, de 1999 a 2005, permaneceu o mesmo nos mercados desenvolvidos e emergentes (11 bilhões de litros/ano e 1 bilhão de litros/ano, respectivamente). Já os produtos distribuídos em temperatura ambiente tiveram um crescimento de 8 bilhões de litros no consumo anual nos mercados desenvolvidos (o volume passou de 40 para 48 bilhões de litros/ano). Nos mercados emergentes, a ampliação foi de 16 bilhões de litros no consumo anual (saltou de 14 para 30 bilhões de litros/ano).

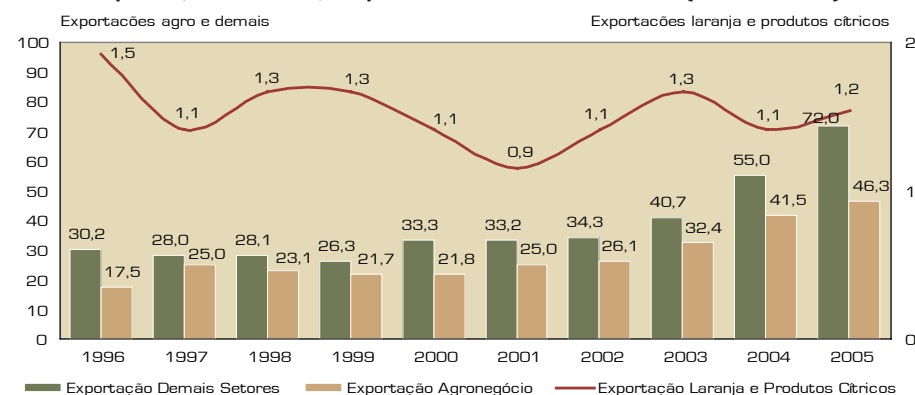
O mercado Global de *Softdrinks* é da ordem de 558 bilhões de litros/ano (em 2005), sendo que a divisão por regiões é a seguinte: América do Norte (26%), Europa Ocidental (21%), Ásia (19%), América Latina e Central (18%), Europa Oriental (8%), outros (8%). A América Latina e a América Central têm apenas 9% da população mundial, mas são responsáveis por 18% do consumo global. ■

Crescimento setorial (%)

Ano	PIB	Indústria geral	Indústria de sucos deflacionado *
2001	1,4	-0,3	46,8
2002	1,5	1,5	36,9
2003	0,5	0,1	25,6
2004	5,2	6,2	14,1
2005	2,3	3	15,3
Acumulado	11,3	10,8	139,1
Médio composto	2,2	2,1	27,7

* pelo índice IPC Fipe Alimentos
 Fonte: IBGE, Banco Central, Abia, Ibrat

Brasil: exportação de laranja e produtos cítricos em 2005 (US\$ bilhões)



Tendências

O Brasil está em plena recuperação da produção e apto a manter o domínio da produção mundial de laranja processada. As oportunidades no mercado internacional derivam da evolução da demanda mundial por sucos de frutas, néctares e drinques de frutas. A América do Norte, maior consumidora de sucos de frutas, manteve sua demanda praticamente estável, sendo que os maiores crescimentos de consumo deverão ser verificados na região da Ásia e Pacífico, em torno 82%, de 1997 à 2007, e Europa Oriental, África e Oriente Médio, que devem ter uma ampliação de aproximadamente 67% no mesmo período.

Com relação à demanda de néctares e bebidas de frutas, há grandes oportunidades de exportação para África, Oriente Médio e Europa Oriental, que deverá fechar o ano de 2007 com o dobro do consumo de 1997. A região da Ásia e Pacífico, neste mesmo período, deve apresentar um aumento em torno de 91%, demonstrando o bom potencial desse mercado.

Um fator importante é a recente redução dos custos dos insumos, decorrente da valorização da taxa de câmbio, das novas políticas comerciais das empresas e da perspectiva de importação de defensivos genéricos.

Quanto à produção, registram-se as seguintes mudanças: forte concentração da produção, redução da área plantada, queda na produção e aumento substancial da capacidade ociosa no setor de mudas.

Percebem-se também a migração da produção para o Centro-Sul do Estado de São Paulo, a maior incidência de pragas e doenças preocupantes (a laranja tem sido atingida por velhas e novas enfermidades, sendo as principais o cancro cítrico, a CVC – amarelinho, a morte súbita dos citrus e o greening), o crescimento da produção irrigada e a forte competição com a cana-de-açúcar e o eucalipto.

O módulo econômico da citricultura mudou devido a fatores macro-ambientais, como alterações na política econômica, tributária, custos da atividade, desenvolvimento de novas tecnologias principalmente no manejo da cultura,

Panorama do suco de laranja

Brasil: destino das exportações (Secex/Mdic)

Apesar das barreiras tarifárias impostas pelos EUA ao Brasil serem bem maiores que as de outros países fornecedores, tais como México, Belize, Costa Rica e Honduras, os EUA importam do Brasil cerca de 65% do total de suas compras externas.

Estados Unidos: produção de laranja

Em 2004, a produção americana de laranja foi a menor dos últimos 14 anos (8.358 Mil Ton). Em relação a 2003, houve uma redução de 29%. Em 2005, a produção continuou praticamente igual à de 2004, com 8.394 Mil Ton.

Mundo: consumo

O crescimento do consumo mundial de laranja no período de 1988 a 1998 foi de 3,5%. Enquanto o consumo de laranja in natura foi de 2,9% no período, o consumo de laranja na forma de suco registrou crescimento de 4,2%.

O consumo de laranja in natura per capita declinou de 13 kg para 9,7 kg/ano.

América do Norte e a Europa consomem mais de 88% de todo o suco de laranja consumido no mundo

Principais países produtores (USDA)

O consumo in natura está declinando em países desenvolvidos enquanto nos países em desenvolvimento, tais como México, Índia, Argentina e Brasil, está aumentando.

As duas principais razões dessa queda no consumo em países desenvolvidos são:

O NFC (Not from Concentrate – suco pasteurizado) tem sabor semelhante ao suco espremido no local de consumo, além de ser mais conveniente.

A tecnologia de transporte e armazenamento de outras frutas frescas (banana, morango e uva) tornou-as mais competitivas

Sucos prontos para beber – SPPB (LPanel, Datamark, Nielsen, Tetra Pak, 2005)

Os principais segmentos de produtos prontos para beber (PPB) incluem sucos, bebidas à base de soja, e água de coco. De 1999 a 2005, o consumo desses produtos no Brasil teve um crescimento de 2 dígitos. O maior crescimento foi observado no consumo de bebidas à base de soja com 39%, seguido dos sucos, néctares, refrescos, e água de coco, com 19%, enquanto, refrescos em pó e refrigerantes cresceram 2%. Apesar do grande crescimento, o consumo per capita de bebidas prontas ainda é pequeno. Como mostra o gráfico, o consumo per capita brasileiro de suco concentrado é de 4 litros; o consumo per capita de sucos, néctares e refrescos prontos é de 2 litros e das bebidas à base de soja é de apenas 1 litro.

preço das terras e custo de oportunidade de atividades concorrentes (principalmente cana-de-açúcar e eucalipto).

Como a citricultura não é homogênea, é necessário estudar melhor os segmentos hoje existentes na produção, quanto a produção oriunda de:

1. Propriedades das próprias indústrias (algo entre 25 a 35% do total produzido);
2. Grandes produtores tecnificados, em condições melhores de negociação

devido a escala de produção, tecnologia, proximidade geográfica e outros fatores.

3. De produtores menores, mas agrupados em *pools* de compra e venda, que também conseguem boas condições de negociação.
4. Produtores isolados, com tecnologia e novas formas de gestão, em regiões favoráveis à citricultura, com custos menores e fôlego na negociação com a indústria.

Estado de São Paulo: número de produtores vs. total de árvores na citricultura

	2001		2006	
	% produtores	% árvores	% produtores	% árvores
> 400 mil árvores	0,2	13,3	0,4	25,5
200 a 399 mil árvores	0,3	10,1	0,5	6,0
100 a 199 mil árvores	1,1	12,7	1,3	11,7
50 a 99 mil árvores	2,6	14,9	2,8	13,9
30 a 49 mil árvores	3,5	11,3	3,5	9,3
10 a 29 mil árvores	14,9	20,0	15,2	17,6
< 10 mil árvores	77,5	17,9	76,3	16,1
	100	100	100	100

Fonte: estimativa feita a partir de entrevistas. Compreende apenas o cinturão citrícola do Estado de São Paulo e exclui a produção própria das indústrias. Entrevistas PENSE e ICONNE.

Flórida: produção e estimativas de produção de laranja e suco na Flórida

Temporada	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09
milhões de caixas	203	242	150	148	135	175	155
Suco milhões de toneladas	856	1035	649	658	697	766	671

Fonte: indústrias do setor

São Paulo: produção e estimativas de produção de laranja e suco

Temporada	02-03	03-04	04-05	05-06	06-07	07-08*	08-09*
Milhões de caixas	366	280	369	298	345	320	352
Suco milhões de toneladas	1432	1072	1359	1176	1322	1207	1292

* Estimativa.

Fonte: indústrias do setor

5. Produtores em regiões onde os fatores macro-ambientais afetaram de maneira mais contundente, composta de pomares mais antigos, com espaçamento maior e menor produtividade por hectare.

A citricultura precisa de mais avanços tecnológicos, principalmente na área do melhoramento genético. As produtividades por árvore são muito semelhantes, com problemas graves há mais de uma década.

As produtividades e custos de produção devem ser feitos por hectare, e não mais por árvore. O custo da terra aumentou no Estado de São Paulo e a intensificação do seu uso é fundamental para manter alto retorno sobre patrimônio.

As tendências para a indústria são as seguintes: concentração industrial, eficiência logística, eficácia no processo produtivo, capacidade ociosa de *packing-houses* e da indústria de SLCC. Além disso, registram-se outros movimentos no futuro, como esforço no desenvolvimento de novos

mercados, esforço no desenvolvimento do composto de marketing, internacionalização, impactos negativos de proteções tarifárias, desenvolvimento de novas áreas de fornecimento com áreas próprias ou relações melhores com produtores, aumento da produção e exportação de NFC (*Not From Concentrate*). A concentração é um dos pontos mais polêmicos na citricultura, sendo inclusive objeto de investigação do Cade neste momento.

As tendências na área de distribuição apontam o crescimento dos canais de distribuição por parte do pequeno varejo (casas de suco, bares, restaurantes, entre outros). Também se espera maior utilização de extratoras modernas para extração de suco fresco. Outra tendência é a distribuição do SLCC por meio de parcerias internacionais com a indústria de bebidas e a concentração das grandes redes varejistas.

Grande parte da laranja será consumida como suco caseiro nos mercados em

desenvolvimento. Fatores que influenciarão no consumo: problemas com o aspecto calórico do suco, crescimento mais rápido de outros sucos, interferência da renda e do clima no consumo de sucos e aumento na demanda por NFC no mundo.

O mercado interno brasileiro ainda é pouco desenvolvido, mas, com a maior preocupação com a saúde, tenderá a se ampliar. O consumidor irá cada vez mais procurar praticidade. A plataforma de crescimento futuro se baseia em produtos relacionados à saúde, convenientes e que tragam novas experiências ao consumidor.

As tendências apontam para abertura de novos mercados, crescimento do mercado de produtos orgânicos e de produtos com apelo sócio-ambiental e geográfico. No entanto a experiência com a produção orgânica de citros no Brasil não tem apresentado casos de sucesso, em função da baixa produtividade que eleva o custo por caixa em patamares não competitivos, ou passíveis de ser coberto face ao preço pago pela fruta.

Nos países em desenvolvimento, o consumo de suco pronto para beber deverá continuar aumentando, e o mercado interno de sucos de laranja *in natura* também deverá crescer.

Apesar da tendência de aumento de consumo de fruta *in natura* nos países em desenvolvimento, a redução da produção mundial de fruta destinado à mesa resultará em menor consumo mundial de fruta *in natura*. Nos países desenvolvidos existe uma tendência de substituição do consumo de fruta *in natura* para suco de laranja pronto para beber, principalmente o NFC. Há uma tendência de manutenção das barreiras nos EUA, União Européia e Japão, e lançamento de produtos populares, substituindo carbonatados, na parcela de menor renda. ■

* Professor da FEA-RP/USP – de Ribeirão Preto. Coordenador do Pensa.

** Professor da FEA/USP e Presidente do Icone

*** Mestre em Administração pela Fearn/USP.

Pesquisador do Pensa

1 JNSD – Juice, Nectar and Still Drinks.

Lácteos

Oportunidades para o Brasil

Glauco Rodrigues Carvalho *
Clesiane de Oliveira **

A PRODUÇÃO mundial de leite de vaca foi de aproximadamente 529,4 milhões de toneladas em 2005, segundo dados da Food and Agriculture Organization (FAO). Os Estados Unidos ocupam, isolados, a primeira posição no *ranking* dos produtores. Em seguida aparece a Índia. O Brasil é o sétimo produtor mundial de leite de vaca.

No período de 1995 a 2005:

- A participação dos países produtores na produção mundial caiu de 41% para 38,1% e foi de 56,4% para 55%, respectivamente, entre os cinco maiores e os dez maiores;
- Diversos países produtores perderam participação de mercado, com destaque para Rússia, Ucrânia e membros da União Européia.
- Houve forte incremento na oferta da China, Nova Zelândia, Índia e Brasil.

O Brasil, ao lado da Argentina, Austrália, Índia, China, Polónia e Ucrânia, possui grande competitividade em custo de produção. Boa parte dos países da União Européia precisa de medidas protecionistas devido aos seus elevados custos. Nos países membros da Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), os subsídios representaram 36% da receita bruta com o produto em 2004, abaixo dos 50% registrados em 2005.

Estudos da OECD e FAO projetam uma produção mundial de leite de 732 milhões de toneladas em 2015, com a inclusão do leite de búfala, de 77,1 milhões de toneladas em 2005. A produção crescerá mais na Ásia/Pacífico, sobretudo China e Índia, América Latina/Caribe e África.

As maiores expansões devem ser verificadas na China, Argentina e Índia. A

produção nos países da União Européia e o Japão permanecerá estagnada. No Brasil crescerá 22% no período, acima da média mundial de 15,9%.

No comércio mundial de lácteos, a Nova

Zelândia é o principal exportador líquido. Alemanha, França e Austrália também possuem papel de destaque. Nas importações líquidas, aparecem Itália, México, Rússia e Japão.

Competitividade

O Brasil possui boas oportunidades como exportador de lácteos, devido à sua própria competitividade. Existem mercados para serem conquistados, como China, Rússia, países árabes e africanos.

Com as desvalorizações do real diante do dólar em 1999, 2001 e final de 2002 (período eleitoral), o fraco crescimento da economia brasileira e a elevada carga tributária, com reflexos negativos sobre

Um ano melhor

Com uma menor oferta no mercado mundial, os produtos lácteos convivem com um bom momento de preços no mercado internacional. Nos últimos doze meses a tonelada do leite em pó, o principal item da pauta do setor, subiu mais de 45%, de US\$ 2.050 para US\$ 3.000. Em 2007, o setor espera um resultado mais favorável, com uma reversão do déficit comercial registrado em 2006.

A valorização do real em relação ao dólar pesou muito sob o aspecto negativo no saldo da balança comercial. As importações cresceram bem mais que as exportações. Se não existem grandes expectativas na área de câmbio, uma valorização externa do produto é sempre bem-vinda. As importações ficam mais caras e os embarques mais competitivos.

Além do leite em pó, o País exporta leite longa-vida, leite condensado, creme de leite, leite evaporado, queijos e requeijões, manteiga, soro de leite e soro de manteiga.

Com a seca e a queda na produção australiana, os países asiáticos saíram em busca de outros fornecedores. Na França e na Alemanha também houve baixa na captação, justamente quando aumentou o consumo no bloco, devido à ampliação de 15 para 25 países membros. Os países da Europa e da Oceania são concorrentes do Brasil, que vende para as Américas do Sul e Central e África.

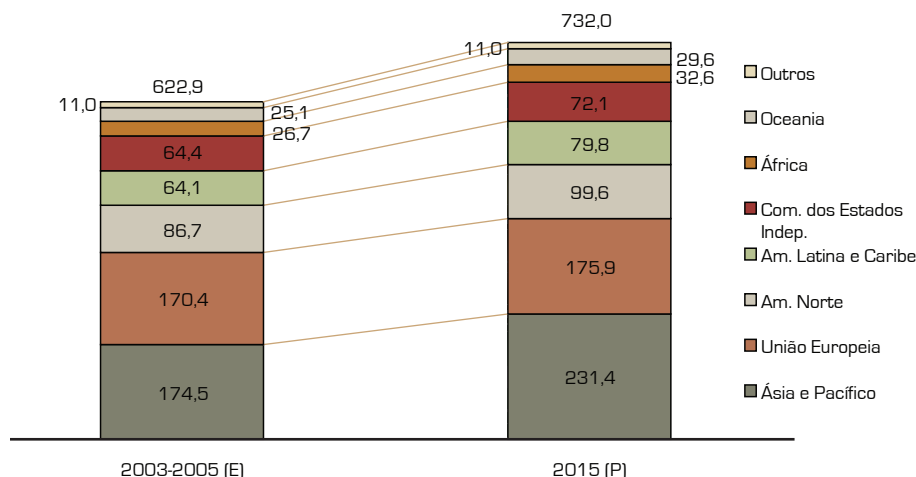
Mundo: custos de produção de leite (US\$/l)

< 0,18 US\$	Polónia, Argentina, Paquistão, Vietnã, Oeste australiano, Centro-Oeste brasileiro, Chile, grandes fazendas da Índia, Norte da China
0,18 - 0,23 US\$	Ucrânia, Bangladesh, fazenda moderna da República Tcheca, fazenda de custo elevado no Brasil, fazenda de custo elevado no Chile, fazenda de custo elevado na Índia, fazenda de custo elevado na Nova Zelândia
0,23 - 0,30 US\$	Fazenda antiga na República Tcheca, grandes fazendas dos Estados Unidos, Peru, Sul da China, Tailândia, Austrália
0,30 - 0,37 US\$	Reino Unido, Irlanda, Hungria, Israel, fazendas pequenas dos Estados Unidos, grandes fazendas da Alemanha, Espanha, Dinamarca
> 0,37 US\$	Suíça, Áustria, Holanda, Luxemburgo, França, Itália, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Noruega, Canadá, pequenas fazendas da Alemanha

Fonte: International Farm Comparison Network (2005)

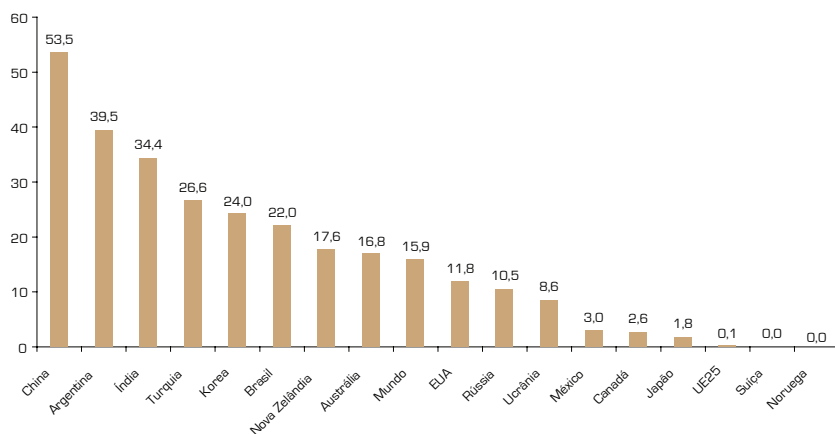


Mundo: projeção na produção de leite para 2015 (milhões de toneladas)



* Inclui leite de búfala
Fonte: OCDE/FAO (E-Estimativa; P-Projeção)

Mundo: projeção da produção de leite, por país entre 2005 e 2015 (%)



Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development (2006)

as margens da indústria, o interesse das empresas e cooperativas foi despertado para a busca de oportunidades em novos mercados.

Existem muitos aspectos do processo interno de produção para serem melhorados quanto à sanidade, qualidade e produtividade do rebanho. Comparado aos padrões internacionais, a produtividade do rebanho brasileira ainda é baixa.

No âmbito da demanda, o consumo aparente de leite cresce anualmente, mas de forma lenta. Já o consumo *per capita* aparente encontra-se estagnado e sofre concorrência de vários outros produtos, como os sucos prontos e bebidas à base de soja, que apresentam boa aceitação nos domicílios.

Mudanças estruturais na distribuição de renda, como a propiciada pelo Plano Real, podem alterar a demanda por lácteos se acompanhadas de campanhas de *marketing* institucional em linha com os maciços investimentos em propaganda realizados pela indústria de bebidas. Neste sentido, é preciso destacar os aspectos funcionais e nutricionais do leite e buscar estratégias de diferenciação de produtos, por meio de qualidade, marcas, rastreabilidade e aspectos relacionados à multifuncionalidade da cadeia produtiva do leite. ■

* Economista e pesquisador da Embrapa Gado de Leite

** Mestranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Leite

Competição com a cana

Maurício Palma Nogueira

AS EXPECTATIVAS de crescimento e avanço do cultivo de cana-de-açúcar nos próximos anos, são fontes de preocupação para as diversas outras atividades agropecuárias. Os lugares projetados para a instalação de uma indústria sucro-alcooleira, de imediato passam por mudanças. Os preços de terra sobem e os contratos de arrendamento e de fornecimento da matéria-prima são fechados.

A pecuária é uma das maiores vítimas do avanço da cana. Embora seja um fenômeno registrado em praticamente todo o Brasil, São Paulo é o estado de maior expansão da lavoura. Hoje o estado responde por 53% da área de cana e por 60% da produção brasileira. Nesse ritmo de avanço, a área para produção canavieira no Brasil terá dobrado antes de 2020.

O produtor rural arrenda a terra por estar descapitalizado ou vislumbrar maior ganho. As indústrias indexam o preço do arrendamento em toneladas de cana por área. Conforme a distância da indústria e a região, os volumes variam de 25 a 70 toneladas por alqueire. O valor recebido pelo produtor depende do mercado de cana e da quantidade de ATR (açúcar total recuperável), que baliza o preço da cana.

Atualmente, um proprietário de terra pode receber, livre, de R\$490,00 a R\$1.110,00 ao ano, por hectare, com o arrendamento de área para as usinas de cana. A rentabilidade média é de 4,8%.

O resultado é o aquecimento dos preços da terra. Existe uma relação entre o volume de cana oferecido nos contratos e os preços da terra. Pelo valor da terra e a maior rentabilidade, nas regiões de

Como competir com a cana?

No estado de São Paulo, a pecuária leiteira perde espaço ao longo dos anos. A atratividade dos arrendamentos de cana provoca a substituição da atividade. Por sua vez, com maiores preço da terra e custos de produção, o leite paulista somente conseguiu competir com o uso de tecnologia.

Projetos orientados pelos técnicos da Embrapa Pecuária Sudeste (São Carlos – SP) em parceria com a Cati (Coordena-

Produção de cana-de-açúcar e área demandada

Produção	2007	2015
Milhões de toneladas		
Cana para produção de açúcar	242,2	364,6
Cana para produção de álcool	183,8	384,5
Cana para outros produtos	49,7	57,2
Total	475,7	806,3
Milhões de hectares		
Necessidade de área	6,19	10,08

Fonte: OCDE/USDA/MAPA/Conab/Scot Consultoria

Estado de São Paulo: rentabilidade do arrendamento

Regiões	Arrendamento de cana		Preço da terra	Rentabilidade
	toneladas/ha	R\$/ha (1)	R\$/há (2)	(1)/(2)
Araçatuba	12,00	496,1	11.010,46	4,51%
Araraquara	16,53	683,4	15.151,52	4,51%
Assis	12,00	496,1	13.704,16	3,62%
Baurú	13,64	563,9	11.277,55	5,00%
Campinas	15,29	632,2	20.686,99	3,06%
Piracicaba	14,46	597,8	13.695,40	4,37%
Ribeirão Preto	27,00	1.116,3	20.970,77	5,32%
S.J. Rio Preto	18,60	769,0	13.356,02	5,76%
Presidente Prudente	16,67	689,2	8.750,00	7,88%
Marília	14,00	578,8	8.750,00	6,62%
Itapetininga	12,00	496,1	11.250,00	4,41%

* Preço médio da tonelada de cana: R\$41.

Fonte: IEA/Cati/Scot Consultoria

Marília-SP e de Presidente Prudente-SP, o preço de terra tende a subir.

Entre 2005 e 2006, os preços médios de terra aumentaram cerca de 18% a 22%, segundo acompanhamento do IEA (Instituto de Economia Agrícola). Em outras regiões onde a indústria canavieira avança, o mesmo processo sucede

doria de Assistência Técnica Integrada), registram excelentes produtividades, acima de 30 mil litros por hectare por ano. A Apta (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios), assim como grupos de extensão de diversas universidades, possuem trabalhos semelhantes, com resultados igualmente satisfatórios.

Outros estados também possuem programas similares, como o Educampo, coordenado pelo Sebrae de Minas Gerais. Com a tecnologia ao alcance do produtor, a sua implementação prática é viável.

Vejam os resultados obtidos em 2006 para verificar a competitividade de um pequeno produtor profissional, próximo de Ribeirão Preto, com:

- Área de produção = 18 hectares;
- Preço do hectare = R\$12,5 mil;
- Produção anual por hectare = 28 mil litros de leite;
- Vacas em lactação = média de 42 a 48;
- Produção média diária por vaca = 30 litros;
- Trabalhadores = 4 (três da própria família)

O preço do leite adotado foi o valor médio pago em São Paulo para produtores com bonificações por volume e qualidade.

Existem dois índices para serem comparados:

Primeiro: a rentabilidade para medir a eficiência do capital empregado;

Segundo: o lucro operacional na produção.

Mesmo com a atividade leiteira em crise, com os piores preços da história, o lucro operacional da fazenda com tecnologia chegou a R\$797,00 por hectare. São R\$140,00 acima da média do valor dos arrendamentos no estado de São Paulo, muito embora, na região do produtor em questão se pague cerca de R\$1.000,00 por ano pelo arrendamento.

A rentabilidade é menor, pois enquanto no arrendamento entra apenas a terra, a pecuária leiteira computa também os investimentos em benfeitorias, instalações, maquinários e, principalmente, o próprio gado leiteiro.

Reflexões sobre os arrendamentos

O custo de oportunidade ainda é desprezado, como se fosse algo teórico, distante da realidade do produtor. Nas fazendas com baixo aporte de tecnologia, 2006 foi um ano extremamente ruim. Acredita-se em prejuízos equivalentes a cerca de 2% a 6% do capital total empregado na atividade.

Custos e resultados da produção de leite

Componentes de custos	R\$ totais
1. Custos Fixos totais	35.814,44
1.1. Depreciação de forragens	2.057,40
1.2. Depreciação de maquinários	10.400,00
1.3. Depreciação de benfeitorias e edificações	10.323,69
1.4. Depreciação de equipamentos	913,50
1.5. Re-investimento em rebanho	12.119,85
2 Custos Variáveis Totais	257.963,49
2.1. Custos Variáveis Indiretos	83.047,82
2.1.1. Funcionários	48.291,64
2.1.2. Administração	24.568,00
2.1.3. Energia elétrica	6.064,57
2.1.4. Contribuições sindicais	1.279,86
2.1.5. Serviços de terceiros	2.843,75
2.2. Custos Variáveis Diretos	174.915,67
2.2.1. Combustíveis e lubrificantes	11.049,65
2.2.2. Insumos agrícolas	25.442,10
2.2.3. Produtos veterinários	6.815,18
2.2.4. Inseminação (sêmen e materiais)	3.306,43
2.2.5. Sal mineral e alimentos concentrados	82.176,67
2.2.6. Fretes e carretos	12.547,62
2.2.7. Manutenções	30.566,60
2.2.8. Impostos gerais	3.011,43
3. Custo operacional total*	293.777,93
Custo econômico	333.989,29
4. Receitas	
4.1. Venda de leite	271.028,52
4.2. Venda de animais	33.721,32
4.3. Outras receitas	3.372,13
Receita total	308.121,98
5. Resumo dos resultados	
Preço bruto de venda do litro de leite – médio	0,54
Custo variável por litro de leite	0,45
Custo fixo por litro de leite	0,06
Custo operacional por litro de leite	0,51
Lucro operacional (receita – custos operacionais)	14.344,04
Lucro operacional por hectare	796,89
6. Rentabilidade**	1,76%

* Custo operacional é a soma dos custos variáveis totais e dos custos fixos totais

** Rentabilidade é a relação entre o lucro operacional e o total imobilizado na atividade (inclui o valor da terra)

Fonte: Scot Consultoria

A atividade leiteira tem a vantagem de permitir ganhos de escala em pequenas áreas. Como desvantagem, a diferença entre um bom lucro e um prejuízo considerável é muito pequena em termos da relação entre preços e custos.

Normalmente, o produtor, sem apropriação correta dos custos, avalia o ano como difícil, mas ainda positivo. Como a mão-de-obra familiar não é contabilizada, não se percebe o conceito de reserva de capital para o reinvestimento, que são as depreciações.

A médio prazo a situação piora. Os bens de produção deterioram-se. No final, a alternativa é abandonar a atividade. Os arrendamentos são uma oportunidade de não se desfazer da terra.

O pequeno produtor de alta tecnologia possui mais vantagens. O lucro operacional apresentado equivale a uma renda mensal média de R\$1.195,00. Se incluir as três pessoas da família absorvidas na própria atividade, a renda familiar soma mais R\$1.900,00, considerando o salário médio mensal de R\$550,00 para funcionários e R\$800,00 para o administrador, que também trabalha na rotina. A família fica com renda mensal de R\$2.295,00 quando, na melhor das hipóteses dos arrendamentos, a renda máxima mensal seria o equivalente a R\$1.600,00.

Ainda é preciso computar a entrada mensal de outros R\$2.980,00, referentes ao capital para reinvestimento, que são as depreciações.

Além do ganho econômico, a adoção de tecnologia permite fixar o pequeno produtor e sua família na atividade. Essa constatação serve para indicar o modelo de como lidar com a pequena agricultura familiar. Os pequenos agricultores precisam tornar-se empresários e não dependentes de apoio governamental.

Outro aspecto da comparação entre a pecuária leiteira e os arrendamentos envolve produtores de áreas mais extensas. Adotar tecnologia demanda investimento de recursos. Em média, para ampliar a escala na atividade e aumentar a produção diária em um litro, o produtor investe cerca de R\$230,00 em rebanho, máqui-

São Paulo: resultados da integração entre pecuária leiteira tecnificada e arrendamento para cana-de-açúcar

Item	Referência	Unidade
Produtividade da atividade leiteira (a)	28.000	litros/ha/ano
Lucro operacional em R\$/litro de leite (b)	0,028	R\$/litro
Arrendamento para cana (c)	640,00	R\$/ha
Área (d) = (e) + (f)	100	ha
Atividade leiteira (e)	16	ha
Área para arrendamentos de cana (f)	84	ha
Lucro do leite (g) = (a) * (b) * (e)	12.544,00	R\$/ano
Arrendamento para cana (h) = (c) * (f)	53.760,00	R\$/ano
Renda líquida total (g) + (h)	66.304,00	R\$/ano

Fonte: Scot Consultoria

Necessidade de investimentos para aumentar um litro de leite por dia em R\$

Itens	Novos	Usados
Investimentos em forragens	5,79	5,79
Maquinários	65,90	32,95
Benfeitorias	61,88	40,22
Equipamentos	10,29	3,60
Rebanho	87,47	87,47
Total	231,34	170,04

Fonte: Scot Consultoria

nas, instalações, benfeitorias, implantação de forragens etc.

Na grande maioria dos casos, a dificuldade em investir em tecnologia é apenas o capital, não a competência e nem a falta de vontade. Neste sentido, o avanço da cana-de-açúcar pode ser usado como aliado do produtor rural. O arrendamento de parte da área permite concentrar a atividade leiteira em uma parte da fazenda, com emprego forçoso de tecnologia.

A mesma renda da pecuária leiteira pode ser obtida em uma área menor, enquanto as outras áreas geram receita com o arrendamento. Imagine o caso de um produtor de 100 hectares que produz 1.200 litros por dia, comum na pecuária leiteira. A produtividade média é de 4.380 litros de leite por hectare por ano.

Com orientação técnica, o produtor pode planejar as operações de determinada área com a adoção de tecnologia, enquanto arrenda o excedente. Para trabalhar em uma pequena área, com tecno-

logia e resultado, o produtor necessitará de 16 hectares para produzir os mesmos 1.200 litros de leite por dia.

A renda obtida em 100 hectares passa a ser obtida em apenas 16 hectares. O restante da área é fonte de renda por arrendamento. Na área de baixa tecnologia, o produtor vende alguns sacos de milho ou engorda bezerros. A renda varia de R\$ 6 mil a R\$ 8 mil. Com o arrendamento somaria cerca de R\$54 mil de faturamento líquido e aproveitaria a oportunidade da cana-de-açúcar.

Nesse sentido, o avanço da cana-de-açúcar não é uma ameaça à pecuária leiteira, mas uma oportunidade. Com o tempo, a pecuária leiteira poderá até retomar áreas dos arrendamentos.

A grande ameaça à pecuária leiteira não está na cana e no preço da terra, mas na produção com pouco profissionalismo e sem administração. ■

* Engenheiro agrônomo, diretor da Scot Consultoria
www.scotconsultoria.com.br

Safr

Clima
favorável

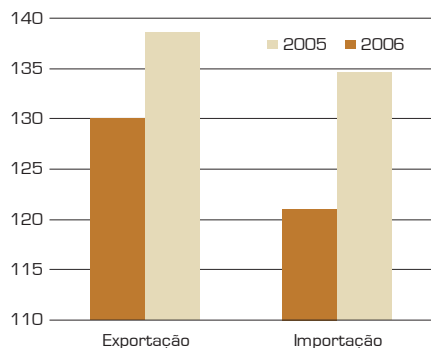
A PRODUÇÃO brasileira de grãos na safra 2006/07 será de 126,5 milhões de toneladas. O resultado é recorde e apresenta um crescimento de 3,3 milhões de t (2,7%) sobre a safra de 2002/03, tida até então como a maior. Quando comparada à safra anterior (120,8 milhões de t), o aumento é de 5,7 milhões de t (4,7%). Os números fazem parte do quinto levantamento realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Vários motivos contribuíram para esta produção recorde. As boas condições climáticas favorecem, principalmente,

as culturas de soja, milho e algodão. Por sua vez, a evolução da renegociação das dívidas e uma comercialização com preços rentáveis aos produtores, também é positiva.

A área cultivada, de 45,5 milhões de hectares, será menor que a do ciclo passado, que chegou a 47,3 milhões de ha, redução de 3,8%. A diminuição do plantio ocorre principalmente na soja (1.648,8 mil de ha), milho 1ª safra (177,7 mil de ha) e trigo (603,8 mil de ha). Por outro lado, a área do milho 2ª safra cresceu 11,8%, saindo de 3,3 milhões de ha para 3,7 milhões de ha. ■

Brasil: produção de cereais e oleaginosas (mil toneladas)



Fonte: Conab

Brasil: produção de cereais e oleaginosas (mil toneladas)

Produto	2005/06	2006/07*	2006/07**
Algodão (caroço)	1.686	2.115	2.176
Arroz	11.570	11.110	11.315
Milho	42.515	44.681	47.924
Soja	55.414	54.824	56.116
Trigo	4.873	2.324	2.176
Outros	3.237	2.894	2.892

* janeiro/06 ** fevereiro/06
Fonte: Conab



Fertilizantes

Comercialização
surpreende

UMA SURPREENDENTE demanda no quarto trimestre impulsionada pela valorização da soja, provocou incremento no volume de entregas das empresas às suas revendas no acumulado de 2006. Mas isso não foi suficiente para evitar uma redução de R\$ 1 bilhão no faturamento consolidado, em relação a 2005. O mercado esteve muito ruim, com desempenho muito aquém do dos últimos anos e as projeções chegaram a apontar uma produção similar a de 2002.

De acordo com estatísticas da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), entre outubro e dezembro, as entregas somaram 7,760 milhões de toneladas, 13,5% mais que em igual período de 2005. Foi um recorde histórico para o período. Isso resultou em entregas de 20,747 milhões de toneladas em 2006, uma elevação de 2,7% sobre o ano anterior. Diante desse cenário, a fatia do último trimestre nas vendas de 2006 atingiu 37,4%; em 2005 a participação ficou em 33,8%.

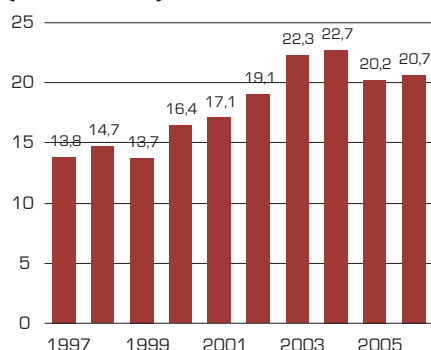
O ano de 2006 será lembrado como uma fase de muita negociação. Descontos e rolagens de dívidas envolveram a indústria, distribuidores e produtores. Foram três trimestres de crise de renda concentrada na sojicultura. Uma vez superada essa fase desgastante para rolar parte das dívidas e em virtude da melhor perspectiva no mercado de grãos, as empresas aguardavam uma retomada das vendas no quarto trimestre. Mas o movimento superou as expectativas e foi feito um esforço enorme de logística para entregar a mercadoria no campo. Os estoques de passagem caíram para o menor patamar de pelo menos três anos.

Do ponto de vista da produção e de venda, as previsões são positivas para 2007.

Tratores e colheitadeiras

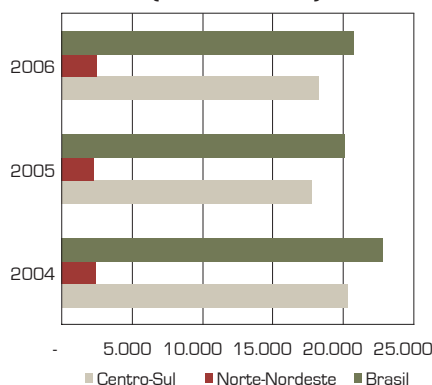
Retomada das vendas

Brasil: entrega de fertilizantes (milhões de t)



Fonte: Andia

Brasil e regiões: vendas de fertilizantes (mil toneladas)



Fonte: Andia

Mas, uma nuvem densa escurece a visão dos próximos anos, em torno da concentração empresarial na área de nutrientes fosfatados. Depois das módicas inversões realizadas em 2006, podem ficar comprometidos os aportes de US\$ 2,38 bilhões nos próximos seis anos, para aumentar em 30% a oferta nacional de fosfatados e nitrogenados para a fabricação de fertilizantes. ■

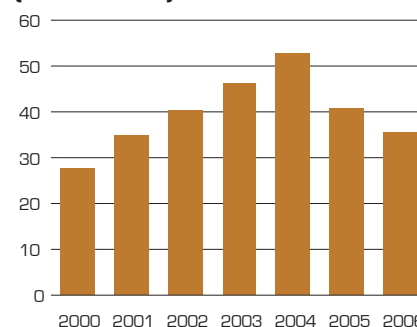
PARA ESTE ano, a comercialização de tratores e colheitadeiras deverá ganhar uma nova injeção de ânimo, depois da derrubada geral registrada em 2006. A situação não foi mais crítica em 2005 devido à firmeza do mercado de culturas perenes como cana, citrus e café. Tanto assim que a maior queda de venda aconteceu com as colheitadeiras, voltada basicamente para o setor de grãos. Os resultados de janeiro já dão sinais de um processo de recuperação.

As análises estão focadas no ritmo a ser empreendido pelas indústrias. O exercício de 2004 destaca-se como o pico verificado nos negócios. Trabalhar com um cenário baseado nessa referência parece ser ainda um tanto otimista. A agricultura padece de um endividamento elevado com a indústria de insumos, que demandará algum tempo para ser solucionado ou pelos menos minimizado.

Na comercialização da safra 2006/07 de cereais e oleaginosas, a expectativa é de resultado positivo e acima do da temporada anterior. Com isso, uma expansão na área cultivada com essas lavouras na safra 2007/08 fica dentro das cogitações. Isso tem um impacto positivo no segmento de máquinas. Montadoras e distribuidores traçam planos de crescimento para os meses futuros.

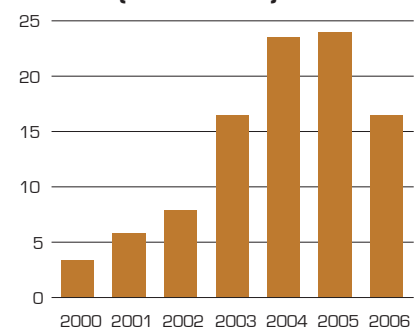
A queda das exportações de máquinas agrícolas aconteceu em 2005 e 2006 com as colheitadeiras e em 2006 com os tratores. As indústrias ficam preocupadas com a rentabilidade e manutenção dos investimentos, pois esperavam manter e ampliar nível de produção. A melhoria das cotações internacionais das *commodities* agrícolas podem ajudar a reverter essa situação, embora o real valorizado em relação ao dólar represente uma grande descompensação. ■

Brasil: produção de tratores (mil unidades)



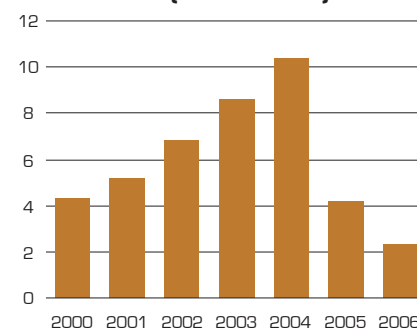
Fonte: Anfavea

Brasil: exportação de tratores (mil unidades)



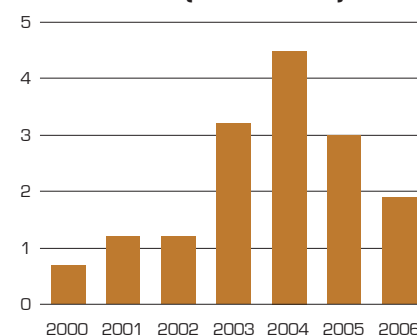
Fonte: Anfavea

Brasil: produção de colheitadeira (mil unidades)



Fonte: Anfavea

Brasil: exportação de colheitadeiras (mil unidades)



Fonte: Anfavea

Defensivos

Novo fôlego

Evaristo M. Neves*
Luciano Rodrigues**

OS BONS ventos que sopraram principalmente a favor dos cereais, oleaginosas e fibras a partir de 2002, levaram a um crescimento na área plantada até 2004. Paralelamente, o faturamento da indústria de defensivos agrícolas no Brasil foi registrando aumentos significativos e dobrou de valor.

A partir de 2005, a história inverteu-se com a valorização do real, a seca em determinadas regiões, a inadimplência dos produtores e a queda nos preços internacionais de algumas *commodities* agrícolas. A área plantada encolheu e os setores do “antes da porteira” (defensivos agrícolas, fertilizantes e corretivos, máquinas agrícolas etc.) viram recuar suas vendas.

De acordo com a Câmara Temática de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2006, o mercado de defensivos agrícolas fechou com um faturamento de R\$ 8,380 bilhões. Uma queda de 16,7% em relação ao realizado em 2005. Todas as classes de defensivos apresentaram retração.

Segundo a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) as principais causas para a queda em 2006, entre outras, foram:

- Dificuldade financeira do produtor, com alto índice de inadimplência;
- Renegociação da dívida passada (cerca de R\$ 2 bilhões);
- Redução nos preços dos agroquímicos;
- Custos menores de importações (boa parte dos insumos é importada);
- Aumento da competitividade com o lançamento de novos genéricos;
- Estoques acumulados e menor adoção de insumos pelos produtores;
- Redução do uso de fungicidas no caso da ferrugem da soja.

Período da virada

Para 2007, a Andef espera algum sinal de recuperação que deverá repercutir em 2008, quando se espera novo fôlego na agricultura e bom crescimento na demanda e na venda de defensivos agrícolas. A expectativa é de recuperação em área plantada e firmeza nos preços internacionais de soja, milho e algodão. Essas culturas representaram quase dois terços do consumo de defensivos agrícolas. Para a cana-de-açúcar, café, citros e o setor florestal, as perspectivas seguem positivas.

No caso da soja e do milho, os preços internacionais já cresceram no final de 2006. Há maior demanda por área e produção de milho nos EUA, na busca de ampliação da produção de álcool proveniente do milho. O resultado é a uma redução na área com soja, em função do esgotamento da fronteira agrícola dos Estados Unidos.

Ademais, a proposta governamental do presidente Bush, apresentada em janeiro, de redução do uso de gasolina e de sua substituição pelo etanol em 20%, até 2017, provocará uma demanda adicional de 132 bilhões de litros. Isso favorecerá ainda mais a expansão da cana-de-açúcar no Brasil em áreas de pastagens. Cada

hectare plantado com cana é mais exigente em quantidade e volume de defensivos em comparação aos pastos.

Na citricultura, os preços atrativos no mercado mundial decorrem da queda drástica na oferta norte-americana, com seus pomares castigados por seguidos furacões na Flórida e a maior geadas dos últimos 39 anos nos pomares da Califórnia (fruta de mesa), com danos em cerca de 75% da produção.

A relação de troca entre a agricultura e os defensivos tende a melhorar por duas razões:

1. Com a evolução dos preços nos mercados internacionais e doméstico das principais *commodities* do agronegócio brasileiro;
2. Custos de produção sem pressão dos preços dos insumos.

Diante desse cenário, as perspectivas são de maior demanda por sementes, fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos etc. em 2007, acrescidas do esperado aumento de área plantada, principalmente de soja, milho e cana-de-açúcar.

* Prof. Titular Esalq/USP.

E-mail: emneves@esalq.usp.br

** Eng. Agrônomo-Mestre em Economia Aplicada – Esalq/USP

Brasil: vendas de defensivos agrícolas

Classe	2005	2006	Varição
Herbicidas	4.113,9	3.572,3	-13,2%
Inseticidas	2.798,2	2.495,5	-10,8%
Fungicidas	2.582,2	1.902,5	-26,3%
Acaricidas	196,2	159,5	-18,7%
Outros	367,2	250,0	-32,0%
Total	10.057,7	8.379,8	-16,7%

Outros = antibrotantes, reguladores de crescimento, óleo mineral e espalhante adesivo.
Fonte: Câmara Temática de Insumos Agropecuários/MAPA

Farm Bill 2007 I

Posição conservadora

A NOVA lei agrícola começa a ser discutida pelo Congresso norte-americano, enquanto a rodada de negociações multilaterais na área agrícola segue empacada na OMC.

Nos projetos aprovados para a nova Farm Bill, há um pequeno ajuste nos gastos com a política agrícola no sentido contrário da chamada “orientação para o mercado”, recomendada pelo Acordo Agrícola da OMC.

Ajuste para 2012

O valor da produção agropecuária dos EUA mostra um crescimento vigoroso desde 2003. Esse movimento é explicado em parte pela expansão da área plantada e da produção a partir de 2003/04. Os números foram recordes e a grande oferta arrefeceu os preços internos.

Mais recentemente, com o aquecimento dos preços dos produtos provocados pela chamada febre do etanol, os produtores auferiram um resultado favorável. Na parte da receita líquida, a agricultura registra queda, devido, basicamente, ao aumento dos custos para aquisição de insumos químicos, diante da escalada de alta nas cotações do petróleo. Mesmo assim, os preços das terras subiram no país.

As exportações têm um papel relevante para a agricultura norte-americana, pois correspondem a um terço da venda e a um quarto da área plantada. Seus grandes clientes são o Canadá, México, Japão, China e União Européia. Os embarques crescem, bem como as receitas, beneficiadas pela desvalorização do dólar diante das outras moedas. Acontece que o ritmo das importações também é intenso e o

saldo comercial revela uma perspectiva de encolhimento.

O elenco de medidas da Farm Bill 2007 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, de 183 páginas, foi encaminhado para o Congresso pelo secretário de Agricultura Mike Johanns no início deste mês. São mais de 65 propostas correspondentes aos títulos da Farm Bil 2002, com acréscimos nas áreas de cultivos especializados e de produtores iniciantes e socialmente desfavorecidos.

Os preparativos para a formulação do documento envolveram a realização de 52 fóruns em todo o país. Mais de quatro mil comentários foram registrados, coletados e resumidos em 41 temas, com os seguintes pontos principais:

- Criação de um novo Programa de Incentivo da Qualidade Ambiental e um Programa Regional para Melhoramento da Água, para simplificar, consolidar e aumentar o financiamento para conservação em US\$ 7,8 bilhões;
- Prover US\$ 1,6 bilhão para financiar a pesquisa, produção e desenvolvimento de energia renováveis. Projetos para etanol celulósico serão contemplados com US\$ 2,1 bilhões e para pesquisa em bioenergia e bioprodutos US\$ 500 milhões;
- Destinar US\$ 5 bilhões no apoio de produtores de cultivos especializados para melhorar os programas de assistência a saúde e nutrição, incluídas as comidas escolares, mediante compra de frutas e vegetais, pesquisa de novas culturas, resistência às barreiras comerciais e expansão dos mercados de exportação;

EUA: números da agricultura

Ano	Valor bruto da produção	Renda líquida	Pagamentos diretos do governo
1996	199,1	57,6	7,3
1997	207,6	58,5	7,5
1998	196,6	55,4	12,2
1999	188,6	55,6	22,7
2000	220,0	50,0	23,2
2001	221,2	58,0	22,4
2002	221,2	40,2	12,4
2003	244,3	60,4	16,5
2004	283,0	85,4	12,9
2005	275,4	73,8	24,3
2006	279,5	58,9	16,5
média (1)	207,7	55,5	17,6
média (2)	260,7	63,7	16,5

(1) 1996 a 2001 (2) 2002 a 2006. Fonte: USDA

EUA: balanço comercial da agricultura

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1996	59,7	32,5	27,2
1997	57,2	35,7	21,5
1998	53,7	36,8	16,9
1999	49	37,3	11,7
2000	50,7	38,8	11,9
2001	52,7	39,2	13,5
2002	53,6	40,9	11,7
2003	56,1	45,7	10,4
2004	62,4	52,6	9,8
2005	62,5	57,7	4,8
2006	68,7	64	4,7

Fonte: USDA

- Suprir US\$ 250 milhões para aumentar os pagamentos diretos para os produtores iniciantes, reservar um percentual para dar mais flexibilidade aos pagamentos, comprar terras e operações agrícolas;
- Apoiar os agricultores com desvantagens sociais com recursos para pagamentos iniciais menores, compra de terra e operações agrícolas;
- Criação de um programa anticíclico para partes não cobertas pelo seguro e um programa para restauração das paisagens;
- Simplificar e consolidar os programas de desenvolvimento rural, com

financiamentos de US\$ 1,6 bilhão para recuperar acesso aos hospitais rurais e US\$ 500 milhões de bônus nos empréstimos das comunidades rurais para realização de e infraestrutura;

- Aplicar US\$ 400 milhões em esforços comerciais para expansão das exportações, resistências com as barreiras comerciais e maior participação nos órgãos formuladores de normas no comércio mundial;
- Simplificar, modernizar e renomear o Programa Food Stamp para melhorar o acesso do trabalhador pobre, atender as necessidades dos be-

neficiados e fortalecer a integridade do programa.

As propostas da Farm Bill 2007 estão orçadas para gastar em subsídios US\$ 87 bilhões para os próximos cinco anos com a exclusão dos casos de desastres e calamidades. São US\$ 18 bilhões a menos, quando comparado com as despesas de US\$ 105 bilhões da Farm Bill 2002.

Nesse sentido, a contribuição da Farm Bill é pequena, seja para o plano do Presidente Bush de reduzir o déficit nas contas públicas nos próximos cinco anos, ou para atender as expectativas dos exportadores agrícolas na definição da Rodada Doha, da OMC. ■

A FARM BILL DE 1996 A 2002

A Farm Bill de 1996 teve vigência de sete anos, até 2002. O ano fiscal nos EUA vai de outubro a setembro. Quando da sua aprovação, a conjuntura internacional era de preços elevados devido às enchentes e quebras nas safras no meio-oeste dos EUA. Por sua vez, as exportações agropecuárias estavam em franco crescimento. Orientada para o mercado, a política agrícola norte-americana deu liberdade para os produtores tomar as decisões sobre o que produzir e a área a ser plantada.

Os produtores ficaram desobrigados de deixar um percentual de suas terras fora da produção para se beneficiarem dos apoios governamentais.

Centrada no livre arbítrio do produtor sobre o que e quanto produzir, a lei ficou conhecida como Freedom to Farm (Liberdade para Plantar), com subsídios fixos anuais, qualquer que fosse o comportamento dos preços agrícolas. Até então, os subsídios estavam atrelados aos preços agrícolas. O montante orçado de subsídios diretos foi de US\$ 36,4 bilhões.

A lei agrícola somente funcionou dentro da previsão no exercício de 1997. A eclosão da crise asiática mudou as premissas seguidas na formulação da lei agrícola de 1996. Houve redução dos preços com a queda da demanda mundial por produtos agropecuários.

O governo teve que recorrer a pacotes de ajuda emergencial, como instrumento de apoio à agricultura nos Estados Unidos, que totalizaram US\$ 90,5 bilhões, de 1998 a 2002.

O total dos pagamentos governamentais chegou a US\$ 107,7 bilhões, com valor médio anual de US\$ 15,4 bilhões. Um rombo estuando em relação ao valor orçado. O governo garantiu quase 40% da renda líquida do produtor norte-americano.

A Farm Bill de 2002 partiu para um caminho mais intervencionista e protecionista.

Novos programas agrícolas passaram a sustentar a renda dos produtores e o foco ficou concentrado na garantia de renda e não de preços. A nova política ainda contemplou a reforma do seguro agrícola, com a inserção da pecuária e o aumento

da sua abrangência. A preocupação ecológica deu argumento para a criação de incentivos econômicos como objetivo de estimular a conservação do meio ambiente por parte dos produtores. Houve uma integração das políticas de desenvolvimento rural, tais como educação rural, moradia rural e turismo, entre outros, na política agrícola.

Como pano de fundo, a reforma da Lei Agrícola norte-americana buscou aumentar a inserção do setor rural na prosperidade da economia do país. Com superávit orçamentário, a agricultura foi um dos poucos setores econômicos sem receber os benefícios do *boom* econômico. Assim, a ajuda governamental para a agricultura aumentou.

O orçamento inicial para financiar a política agrícola de 2002 a 2011 foi estimado em US\$ 172 bilhões. Um gasto anual médio de US\$ 17,2 bilhões. Um aumento de US\$ 36 bilhões, em comparação com os gastos totais de US\$ 136 bilhões entre 1992 a 2001. De 2002 a 2006, enquanto o gasto médio anual subiu para US\$ 17,5 bilhões, o total ficou em US\$ 70,2 bilhões.

Farm Bill 2007 II

Vulnerabilidade na OMC

A maior parte das políticas de apoio da legislação agrícola dos Estados Unidos se concentra em um seletivo grupo de *commodities* (trigo, grãos forrageiros, arroz, algodão e soja), que representa menos de um terço da produção agropecuária. Os programas são custeados basicamente com recursos orçamentários. No açúcar e lácteos, que sofrem a concorrência de importações, o apoio ocorre principalmente por meio da imposição de elevados preços internos derivados de restrições às importações. No caso dos lácteos, o apoio vem também de subsídios às exportações.

Os principais programas de subsídios para grãos dos Estados Unidos embutidos na Farm Bill são potencialmente vulneráveis à contestação na Organização Mundial do Comércio. Estudos do Serviço de Pesquisa do Congresso Americano (CRS) mostram que a proposta dos EUA de reduzir seu subsídio em 60%, traria apenas

uma redução modesta dos efeitos negativos provocados pela política agrícola americana nos mercados internacionais.

O problema é que as *commodities* mais subsidiadas são justamente as mais exportadas pelos EUA, com exceção do leite. A conclusão da CRS é de que os subsídios americanos e de outros países desenvolvidos influenciam negativamente os preços internacionais e afetam a vantagem comparativa de países sem políticas dessa natureza. Caso esses exportadores agrícolas contestarem os EUA na OMC, o Congresso terá de eliminar ou fazer emendas nos programas condenados.

A melhor saída é desvincular pagamento de produção, para evitar uma produção maior com a ajuda do governo. Os subsídios que mais distorcem são aqueles enquadrados na caixa amarela.

Como os cortes sugeridos na Farm Bill 2007 são tímidos, o sucesso das negocia-

ções da Rodada Doha pode ficar comprometido. Entre EUA e União Européia (UE), ganhava corpo a proposta do primeiro de reduzir o teto de subsídios agrícolas para perto de US\$ 17 bilhões, enquanto o segundo cortaria as tarifas para produtos agrícolas estrangeiros, em uma média de 54%.

As possibilidades de reformas estruturais na política agrícola dos EUA dependerão das pressões internacionais, principalmente no âmbito da Organização Mundial do Comércio, caso consiga definir regras mais restritivas na concessão de subsídios domésticos e às exportações.

Mundo: participação das culturas dos Estados Unidos

Culturas	Produção	Comércio
Algodão	20%	40%
Soja	38%	44%
Trigo	9%	25%

Fonte: USDA

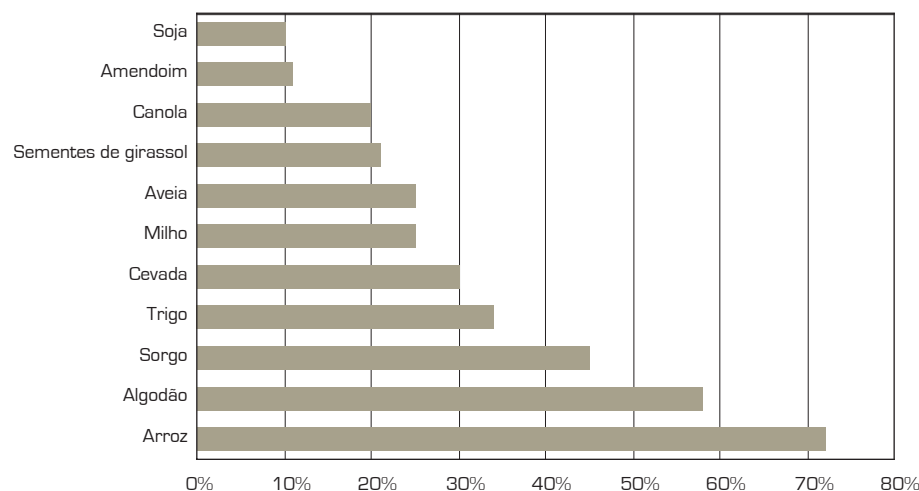
Enquadramento dos subsídios

Caixa amarela: pagamentos para garantia de preços e renda, direcionados a produtos específicos ou não, de acordo com o nível corrente de produção e sujeitos a compromissos de redução. Varia de 60% a 70% do total.

De minimis: pagamentos distorcidos, direcionados ou não a produtos específicos, que representam menos de 5% do valor da produção. Representam de 20% a 30% do total

Caixa azul: pagamentos de complementação de renda (a partir de 2002 foram incluídos os pagamentos contracíclicos baseados em preços correntes sobre áreas cultivadas no passado, sem limitação da produção). Representam menos de 10% do total.

Farm Bill: participação dos subsídios na receita (período de 1996 a 2005)



Fonte: CRS

Se as rodadas falharem ou atrasarem, mais casos serão abertos na OMC contra os programas protecionistas dos EUA. É importante lembrar que a Rodada não é somente sobre a redução dos subsídios agrícolas, mas também sobre seus efeitos como mecanismo das distorções comerciais. ■

Megatendências

Projeções
para 2016/17

Elisio Contini*
 José Garcia Gasques**
 Ali Aldersj Saab***
 Eliana Teles Bastos****
 Lucille Freire da Silva*****

A AGROANALYSIS apresenta as projeções elaboradas para o Brasil pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Soja em grão

As projeções para 2017 mostram uma produção de 72,4 milhões de toneladas. O consumo em grão atingirá 36,7 milhões de toneladas e representará 51% da produção. As exportações serão 41,4% superiores.

Arroz

O Brasil apresentará um aumento de produtividade e uma moderada queda no consumo *per capita*. O País permanecerá na posição de pequeno importador líquido.

A produção projetada é de 12,7 milhões de toneladas de arroz e importação de 920 mil toneladas, a crescer, em média,

2,2% ao ano, até a cifra de 13,9 milhões de toneladas em 2016/17.

O abastecimento interno exigirá importações de 7,0 milhões de toneladas em 2016/2017.

Trigo

O Brasil deverá apresentar uma produção crescente até 2016/17, mas continuará com forte dependência externa. O produto continuará a ser o mais importante em termos de volume na pauta de importação da agricultura nacional.

Açúcar

O Brasil consolidará a posição de maior produtor e competitividade, com produção de 43,2 milhões de toneladas (aumento de 16,5 milhões de toneladas), crescimento a uma taxa média anual média de 4,2%. Nas exportações, a projeção indica um volume de 25,3 milhões de toneladas.

Feijão

Típico produto de consumo doméstico, de importância na alimentação e na geração de renda dos pequenos produtores. A taxa anual projetada de aumento da produção de 1,73% e de consumo ao redor de 1,3%. Nos últimos oito anos, o consumo de feijão teve uma queda pequena em quilos *per capita* ano, de 10,2 para 9,2.

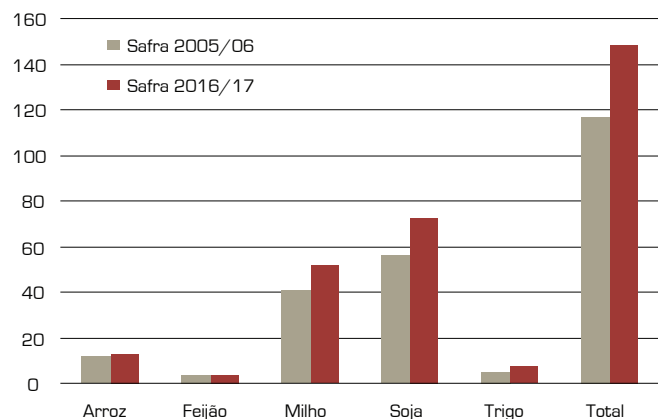
Milho

A produção chegará a 51,5 milhões de toneladas e o consumo a 47,7 milhões. O País poderá atender ao seu quadro de suprimento interno e obter algum excedente para exportação, previsto em 3,7 milhões de toneladas.

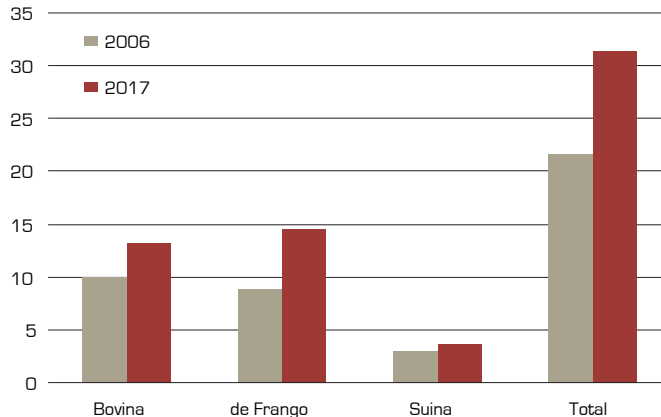
Etanol

A matéria-prima é a cana-de-açúcar produzida nas regiões Centro-Sul e Norte - Nordeste. É o álcool etílico de biomassa, para uso combustível ou industrial, inclusive na produção de bebidas industrializadas. Exclui o álcool contido em bebidas originais como cachaça, rum, vodka, whisky, bourbon, conhaque e outras. A produção de etanol é composta pelo álcool anidro e álcool hidratado.

As projeções refletem grande dinamismo devido ao crescimento do consumo interno e às exportações, com produção de 38,6 bilhões de litros (o dobro da atual), consumo interno de 28,4 bilhões de

Brasil: produção de grãos (milhões de t)

Fonte: Estimativas da AGE/MAPA

Brasil: produção de carnes (milhões de t)

Fonte: Estimativas da AGE/MAPA



litros e exportações em 10,3 bilhões. A expansão do setor automobilístico e o uso crescente dos carros *flex* é o principal fator responsável pelo crescimento da produção no Brasil.

Carnes

As maiores taxas de crescimento da produção são na carne de frango, com 4,1% ao ano, e na de bovinos, com 2,5% ao ano. Carne suína fica com 2,1% ao ano. As projeções são maiores para o consumo brasileiro de carne de frango, com 2,6% ao ano. A carne bovina assume o segundo lugar e, bem abaixo, vem a carne suína.

A última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) constatou que, em 30 anos, o brasileiro diversificou sua alimentação. O consumo de gêneros tradicionais como arroz, feijão, batata, pão e açúcar foi reduzido, enquanto o consumo *per capita* de iogurte cresceu. Nas exportações, as taxas são elevadas nos três tipos de carnes: bovina, 2,9% ao ano; suína, 3,0% ao ano; e de frango, 2,9% ao ano.

Incertezas

- **Crescimento econômico abaixo do previsto** – O mundo vive um período de prosperidade. Quedas nas taxas de crescimento econômico, principalmente na China e Índia, impactam negativamente a produção e o comércio internacional de produtos do agronegócio.
- **Protecionismo dos países desenvolvidos** – Um recrudescimento do

protecionismo, tarifário ou não, terá forte impacto no comércio internacional. Para o Brasil, são estratégicos carnes e açúcar.

- **Falta de investimento em infraestrutura física** – Melhorar e criar uma infraestrutura adequada para armazenamento e escoamento da produção, principalmente do Centro-Oeste, condição necessária para a competitividade do agronegócio brasileiro, a curto, médio e longo prazos.
- **Atrasos na tecnologia e defesa agropecuária** – Disponibilidade de tecnologia, principalmente tropical, para a melhoria da produtividade. Sistemas de produção e comercialização não confiáveis quanto à sanidade vegetal e animal comprometerão a exportação de produtos do agronegócio para o mundo e a manutenção do mercado interno.

Conclusões

1. O agronegócio brasileiro tem potencial para crescer. Aumentos da população e da renda elevarão a demanda por alimentos. Países superpopulosos, como a China e Índia, terão dificuldade de atender às demandas, devido ao esgotamento de áreas agricultáveis. A disponibilidade de recursos naturais no Brasil é fator de competitividade.
2. Os resultados das projeções de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) mostram uma produção de 148 milhões

de toneladas (superior em 27% a de 2005/06). Trigo, soja e milho lideram o aumento de produção em termos relativos. Quanto às carnes, a produção vai para 31,4 milhões de toneladas (mais 10 milhões de toneladas).

3. A dinâmica do agronegócio brasileiro está vinculada à exportação, com mercados potenciais em: carnes, soja, açúcar, álcool, frutas e madeira. Mas outros produtos tradicionais, como o café, e novos, devem ser incentivados.
4. Nos próximos anos o fator dinâmico do crescimento será a produtividade. Na produção de grãos (soja, trigo, arroz, feijão e milho), a área em hectares expandirá de 44,4 milhões para 51,4 milhões. Dados projetados indicam concentração crescente da produção e das exportações por poucos países nos principais produtos da agricultura (carnes, soja, milho, açúcar).
5. A solução dos problemas de logística e de infraestrutura criará condições para o crescimento e a rentabilidade da produção, diante da necessidade de escoamento a longas distâncias de produtos brasileiros. A não realização dos investimentos necessários refletirá em perda de competitividade internacional.
6. Do ponto de vista do Estado, esforços especiais deverão ser envidados com vistas à disponibilizar tecnologias e melhorias do sistema de defesa sanitária.
7. A falta de apoio a tecnologias implicará perda de competitividade e de mercado internacional e menor remuneração ao agronegócio. Sem defesa eficiente e com as crescentes barreiras às exportações, o agronegócio perderá dinamismo. ■

* E-mail: contini@agricultura.gov.br

** E-mail: gasques@agricultura.gov.br

*** E-mail: alisaab@agricultura.gov.br

**** E-mail: eliteles@agricultura.gov.br

***** E-mail: lucille@agricultura.gov.br

AGE – Assessoria de Gestão Estratégica
Brasília, dezembro de 2006.

Mandioca

Organização da cadeia produtiva

Carlos Estevão Leite Cardoso*
 Lucílio Rogério Aparecido Alves**
 Fábio Isaias Felipe***
 Enéas Santos Melo****

NA CADEIA produtiva e no mercado da mandioca e de seus derivados, chamam a atenção três fatos:

1. sua estrutura de governança;
2. concorrência por área entre algumas culturas anuais e a matéria-prima (raiz de mandioca) para farinha e fécula;
3. disputa no mercado de amido.

Os efeitos da instabilidade nos preços de uma governança não adequada às características da oferta de matéria-prima espalham incertezas e desestímulo na cadeia.

Na produção industrial de fécula e de farinha de mandioca, os modos de governar as transações com a matéria-prima (raiz de mandioca) passam pela decisão de:

- Compra no mercado *spot*, a predominante;
- Fazer a produção própria;
- Adquirir de forma híbrida entre as duas alternativas.

Há iniciativas tomadas no sentido de buscar uma melhor harmonia entre a oferta e a demanda de matéria-prima. Em 2004, mais de 60% das fecularias do Brasil (concentradas no Centro-Sul do País) fizeram contratos de compra de matéria-prima com o produtor, com fixação de um preço mínimo de aquisição, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

Se o volume de matéria-prima e a área envolvida são insatisfatórios e o cumprimento do contrato é rompido – atitudes oportunistas de ambos os lados –, os contratos sinalizam o caminho a ser seguido pela cadeia produtiva, na busca de uma melhor estrutura de governança para o setor.

Enquanto isso, as crises cíclicas ganham contornos diferentes. A situação conjuntural, até meados do mês de agosto de 2006, não era tão favorável, pois:

1. Embora o preço do trigo reagisse nos



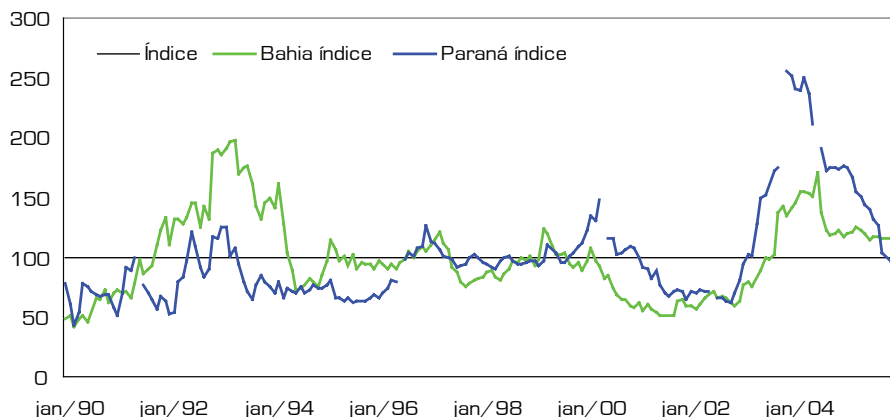
últimos meses de 2006, no pico da safra de mandioca estava em queda, com a valorização cambial, que corre para o decréscimo nos preços (em real) dos produtos importados.

2. Mesmo com uma participação brasileira não expressiva no mercado internacional de fécula, a valorização cambial também reduz a competitividade da fécula no mercado externo, com menor rentabilidade (em moeda nacional) por unidade exportada.
3. A safra tailandesa de fécula teve recuperação na safra 2005/06, com queda do preço do amido de mandioca no mercado internacional, com restrição à competitividade de exportação brasileira;
4. Os preços do milho estiveram em queda, influenciados pelo acréscimo da produção e pela redução na demanda de rações para aves, em virtude da gripe aviária. Houve pressão sobre o preço da matéria-prima do amido de milho, substituto da fécula de mandioca em vários processos industriais, quando o seu preço não está favorável;
5. Nos estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, a cana-de-açúcar aumentava o preço do arrendamento e tomava área de cultivo da mandioca.

A queda no preço da fécula significa maior disponibilidade de raiz para outros fins e, conseqüentemente, queda no preço da farinha de mandioca em todo o Brasil.

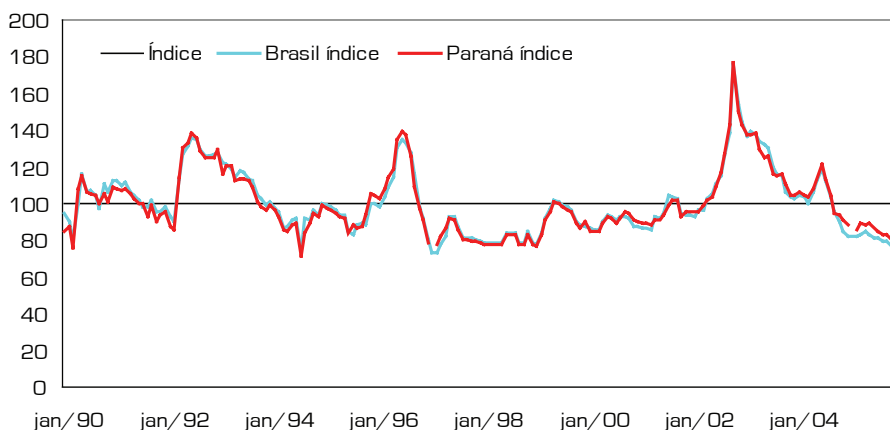
Como o preço pago ao produtor de raiz é determinado com base no preço recebido pelos derivados, subtraídos de um *markup* do setor industrial, o mercado ficou com menor sustentação. Diante de preços menores, o plantio de mandioca perde atratividade *vis-à-vis*

Bahia e Paraná: Índices de preços de raiz de mandioca



Fonte: Dados básicos (FGV, 2006).

Índices de preços do trigo



Fonte: Dados básicos (FGV, 2006).

as culturas concorrentes. A incerteza quanto a preços fica maior nos períodos posteriores.

Para a Região Semi-Árida do Nordeste, houve queda de produção na safra 2005/2006 decorrente do atraso nas chuvas de verão, mas os preços não reagiram. O quadro não estimula o plantio para a safra 2006/07. Neste sentido, poderá haver uma elevação dos preços no final de 2007 e início de 2008. A magnitude dessa elevação dependerá do comportamento dos preços no Centro-Sul, sob influência de um novo mercado, com possibilidade da adição da fécula de mandioca à farinha de trigo.

Na Região Nordeste, o efeito da seca provocou aumento de demanda pela par-

te aérea da mandioca para o arraçoamento animal. Em Araripina (PE) e Arapiraca (AL), por exemplo, o preço do resíduo sólido da casa de farinha (a raspa, como é chamada na região) superou o da própria raiz. A utilização intensiva da parte aérea para a alimentação animal chega a provocar déficit no material propagativo para os novos plantios.

Há a necessidade de melhorar a estrutura de governança na cadeia. Em termos de microrregiões, a ampliação dos contratos entre produtor, indústria e compradores dos produtos finais é primordial. Os contratos que só contemplam preços mínimos ou nem mesmo esses, certamente, retardam o processo de implantação de uma adequada orga-

nização na cadeia. Alguns dos contratos negociados para a próxima safra só contemplaram a quantidade e a época de entrega da matéria-prima.

Uma ampliação dos atores da cadeia produtiva é imperativa para conduzi-la a um lugar de destaque no agronegócio brasileiro, por meio de:

- Estímulos para uma maior participação dos produtores nos fóruns de decisão;
- Da criação de câmaras setoriais em âmbito estaduais;

As organizações com atuação no âmbito regional parecem contribuir para iniciar o crescimento de um *lobby* mais forte nos setores público e privado. Os grupos de interesses são importantes aliados na formulação de políticas setoriais.

Como ação de curto prazo, buscar apoio de instituições com experiência na cadeia da mandioca nos diversos estados, com a formulação de um projeto para:

1. alocar recursos financeiros para ações de promoção e governança;
2. montagem de estratégias no sentido de aumentar a informação;
3. minimizar a instabilidade nos preços;
4. reduzir as divergências entre a oferta e a demanda.

Essas ações deverão contar com o apoio das instituições públicas, dos empresários, dos representantes dos produtores e das organizações não-governamentais.

Para finalizar, de olho no futuro, fica o risco de que, se não alterar a relação entre os segmentos produtores de matéria-prima e as indústrias de processamento (fecularias e farinhas) e destas com as indústrias que usam a fécula como insumo, os preços tenderem a repetir, ao longo do tempo, o comportamento cíclico já bastante conhecido. ■

* Pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical

** Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Esalq/ USP, pesquisador do Cepea/Esalq/USP

*** Graduando em Ciências Econômicas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas (Isca) e pesquisador Cepea/Esalq/USP.

**** Estudante de graduação do Centro de Ciências Agrárias da UFRB. E-mail: enesasmelo@yahoo.com.br.

Infra-estrutura

PAC e a competitividade do agronegócio

DESDE A implantação do Plano Real, o Produto Interno do Brasil teve aumento médio de 2,4% ao ano. Em apenas três anos o PIB superou 4,0%: 1995, 2001 e 2004. Foram momentos caracterizados muito mais como uma recuperação cíclica, mas com problemas para dar sustentação ao movimento de expansão,

Em 1995, junto com o enorme déficit na conta corrente externa, veio a crise cambial mexicana. Já em 2001, aconteceram o apagão elétrico e a crise argentina. Em 2004, as causas não foram de natureza externa ou extraordinária. Mostraram que os problemas são de ordem interna e ligados à falta na capacidade de investimento da economia brasileira.

Diante dessa retrospectiva, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) anunciado pelo governo, sob o slogan: “Romper barreiras e superar limites” trouxe à sua agenda a prioridade do crescimento da economia, um forte anseio da sociedade brasileira. O ponto central do pacote foi a colocação de R\$ 503,9 bilhões para aplicação ao longo de quatro anos. Boa parte dos gastos já estava programada pelas estatais e empresas privadas, que respondem por 87% das fontes de recursos, enquanto o governo participa com 13%.

O investimento depara com dois obstáculos crônicos no País:

Primeiro: falta de taxa de retorno atrativa. Há falta de perspectivas de aumento forte na demanda doméstica em curto prazo. As exportações ganham importância e a administração da taxa de câmbio é tema sensível, pois afeta a sua competitividade.

Segundo: fonte de recursos para aplicação em projetos. A poupança do governo é negativa, mesmo com a elevada

tributação. O juro real elevado, acima dos padrões internacionais, onera a atividade econômica.

O governo promete abrir mão de uma receita de tributos, uma desoneração, nos próximos dois anos, estimada em R\$ 18,1 bilhões. Para fecharem as contas do PAC, a economia terá de crescer 4,5% neste ano e 5% a partir de 2008.

O monitoramento e a implantação dos projetos serão desenvolvidos por um grupo gestor composto pela Casa Civil e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, em interface com os estados e empresas. A equipe terá o desafio enorme de enfrentar a máquina burocrática e levar em dia a aplicação dos recursos e a execução das obras. A dificuldade em destravar projetos importantes no Congresso Nacional tem levado água abaixo a proposta para reduzir as fragilidades da infra-estrutura brasileira.

Em um primeiro momento, o impacto do PAC sobre o agronegócio acontece com mais força na área de logística, fundamental para reduzir os custos

e melhorar a competitividade de todo o setor. As perspectivas internacionais são bem favoráveis para os próximos anos.

Os maiores benefícios vão para as rodovias, com R\$ 33,4 bilhões. As ferrovias receberão R\$ 7,86 bilhões, valor próximo ao reivindicado pelo setor. A Rede Ferroviária Federal foi definitivamente fechada e deixa dívidas de R\$ 14,984 bilhões e um passivo trabalhista de R\$ 7,539 bilhões. O PAC não aborda questões de passagens de nível e áreas de domínio.

O setor portuário foi contemplado com R\$ 2,66 bilhões e a gestão dos portos continua nas mãos da Companhia Docas. Existem questões administrativas ligadas a conflitos de competência na área ambiental, segurança regulatória e a terceirização da dragagem dos canais de navegação.

Os modos aeroportuário e hidroviário receberão investimentos de R\$ 3 bilhões e R\$ 735 milhões, respectivamente. Já o segmento de marinha mercante terá R\$ 10,58 bilhões.

Da verba prevista para o setor energético, R\$ 17,4 bilhões estão reservados para combustíveis renováveis. É uma área em expansão com muita força para atração de capital privado.

Para modernizar e reduzir o custo do agronegócio na área de transporte nos próximos dez anos, o Brasil necessita de

PAC: fonte de recursos (R\$ bilhões)

Governo – União	67,8
Estatais e Iniciativa Privada	436,1
Total	503,9

Fonte: Governo Federal

PAC: previsão de investimento (R\$ bilhões)

Eixos	2007	2010	Total
Logística	13,4	44,9	58,3
Energética	55,0	219,8	274,8
Social e urbana	43,6	127,2	170,8
Total	112,0	391,9	503,9

Fonte: Governo Federal

Mariani Malinowski



Cenário de consistência do PAC [%]				
Taxa	2007	2008	2009	2010
Selic nominal	12,2	11,4	10,5	10,11
Inflação	4,1	4,5	4,5	4,5
Variação do PIB	4,5	5,0	5,0	5,0
Dívida pública/PIB	48,3	45,8	42,9	39,7

Fonte: Governo Federal

Brasil: investimento em infra-estrutura para o agronegócio (R\$ milhão)			
Aplicação	Origem		
Item	Valor	Fonte	Valor
Rodovia	4.930,00	PPP *	5.820,00
Ferrovia	8.286,00	PR **	2.706,00
Hidrovia	1.430,00	P ***	5.510,00
Portos	1.150,00	P e PR	1.960,00
Total	15.796,00	Total	15.996,00

* Parceria Pública Privada; ** Privada; *** Pública
 Fonte: Macrológica

US\$ 16 bilhões, segundo o estudo Projetos Prioritários, da Macrológica. São 60 programas em 17 projetos prioritários. Além de investimentos do governo, haveria também a participação da iniciativa privada e as concessões públicas.

O segmento da distribuição no agronegócio é quase um décimo do PIB nacional, tendo em vista que ele representa 27%

do PIB nacional e a distribuição cerca de 32% do PIB do agronegócio. Logo, o PAC terá efeito positivo direto e indireto sobre uma área significativa do agronegócio.

Para as lideranças do setor cabe dar todo o apoio para o desdobramento do PAC em termos de resultar melhor relação custo/benefício para o País. Um cruzamento entre as obras prioritárias para o

agronegócio e aquelas colocadas em implementação pelo governo é um esforço indispensável. Como se trata de investimentos de longo prazo, a inclusão de recursos para armazenagem também seria bem apropriada.

Um PAC específico para o agronegócio passa pela discussão de sete temas estratégicos:

1. Pesquisa e desenvolvimento;
2. Desoneração tributária;
3. Seguro rural;
4. Defesa sanitária;
5. Agregação de valor;
6. Agroenergia;
7. Negociação Internacional.

É, portanto, um momento raro e praticamente inédito, que a conjuntura política e econômica brasileira propicia, para se montar um plano estratégico com projetos estruturantes e de aumento da potencialidade do setor em um cenário de médio e longo prazos. À primeira vista, os sete itens listados podem parecer associados às despesas correntes e não a investimentos. Mas todos eles têm impacto no resultado futuro do agronegócio e não podem ser omitidos no presente. ■

Infra-estrutura

Investimento em transporte e portos

PARA APROVEITAR as oportunidades existentes no cenário internacional o agronegócio brasileiro deve ter em conta dois pressupostos básicos:

- Reduzir custo para manter ou crescer a sua participação nas exportações, por meio da competitividade, principalmente nos produtos de menor valor agregado;
- Outros países concorrerão na ocupação dos espaços comerciais.

Um dos pontos críticos para o setor depende mais da política interna e está diretamente ligado à área de infra-estrutura e logística. Há sério risco de paralisar o processo de ampliação da produção e das exportações futura do agronegócio.. É diferente dos casos das medidas protecionistas adotadas pelos países importadores e concorrentes, que fogem do controle nacional, quanto a barreiras, quotas, sobretaxas, subsídios etc.

A escassez de investimentos coloca em xeque a viabilidade das novas fronteiras agrícolas, mais dependente de melhorias na movimentação, procedimento e operacionalização de insumos e produtos. O envolvimento de outras bases geográficas de produção, do sul e sudeste rumo ao norte e centro-oeste, passou a exigir armazéns, rodovias, ferrovias e portos em rotas diferentes daquelas tradicionais, principalmente para serem competitivas no mercado externo.

Os fatores limitantes para a execução dos grandes projetos de infra-estrutura não limitam às questões financeiras. Existem fundos para aportar recursos em função da análise das variáveis macroeconômicas, como a evolução dos juros e da renda nacional Os investimentos depen-

dem de uma complementação pública. As incertezas nos aspectos relacionados ao marco regulatório e à área ambiental têm efeito negativo.

Além de possuir uma das mais baixas densidades de malha rodoviária pavimentada do mundo, com precário estado de conservação, a matriz de transporte brasileira está concentrada em rodovias, de maior custo em relação às demais, em termos de transporte de mercadorias em grande escala e a longa distância.. Devido à sua predominância no sistema, exerce muita influência na formação do custo de frete interno.

Os investimentos públicos em rodovias estão abaixo do reivindicado pelo setor privado. Foram R\$ 11,7 bilhões nos últimos quatro anos. De acordo com a Asso-

ciação Brasileira de Desenvolvimento da Indústria de Base, o Brasil precisa reduzir seu custo logístico de 20% para 14% do Produto Interno Bruto (PIB). Para isso são necessárias aplicações anuais, durante cinco anos, de R\$ 16,0 bilhões. Nos Estados Unidos, os gastos com logística de transporte correspondem a 8% do PIB.

O incentivo a outros modais fora do transporte e a integração entre eles pela multimodalidade, é a saída para evitar os altos custos do transporte agrícola.

Embora a Rede Ferroviária Federal tenha sido privatizada em 1996, ainda permanecem os problemas estruturais herdados da época do controle estatal,. A cobertura, de 29.798 quilômetros é pequena, com uma densidade de 3,4 por

Sistema rodoviário nacional

- Total: 1,751 milhão de km
- Federação: 70 mil km – 80% pavimentada
- Estados: 208 mil km – 45% pavimentadas
- Idade média da frota de caminhões: 17,5 anos
- Estradas péssimas, ruins ou deficientes: 70%
- Concessionárias privadas (36): 10 mil km e investimentos de R\$ 10 bi entre 1996 e 2005

Fonte: MT, CNT e Abdib

Sistema ferroviário nacional

Ano	Movimento (milhões t)	Número de locomotivas	Número de vagões	Produção de vagões
1997	253,1	-	-	119
2001	305,1	-	-	748
2002	320,9	1.895	67.795	294
2003	345,2	1.987	62.932	2.028
2004	378,0	2.125	74.400	4.502
2005	388,0	2.394	90.119	7.500

1.000 quilômetros quadrados, além de problemas com:

- 12.400 passagens em nível (20% consideradas críticas)
- Transbordo de carga;
- 843 invasões de faixa de domínio (re-alocação das comunidades);
- Contornos e variantes de cidades;
- Velocidade média = 23 km por hora

As 11 malhas concedidas à iniciativa privada representam cerca de 95% do sistema ferroviário do País (28.239 quilômetros). Em 1958, o país tinha 38 mil quilômetros de ferrovias. As quatro principais concessionárias detêm 75% dos investimentos totais realizados de 1996 a 2005, em torno de R\$ 9,5 bilhões. A aplicação do governo foi de R\$ 500 milhões. Em 2006 as aplicações ficaram ao redor de R\$ 2,35 bilhões.

Os recursos contribuíram para a modernização da estrutura existente, sobretudo em manutenção, comunicação e rastreamento. Como os contratos prevêem a devolução da malha no final da concessão, não há estímulos para investimentos de longo prazo. Mesmo assim, até 2010, estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social projetam inversões de R\$ 12,5 bilhões para ampliação da malha existente e aquisição de vagões e locomotivas.

Brasil: movimentação de cargas nos portos

Ano	Milhões de toneladas*
2000	252,8
2001	275,5
2002	287,2
2003	305,8
2004	359,9
2005	364,0

* Líquidas. Janeiro a setembro de cada ano.
Fonte: Anta

O fortalecimento da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é considerado vital para a superação dos desafios existentes, no sentido de:

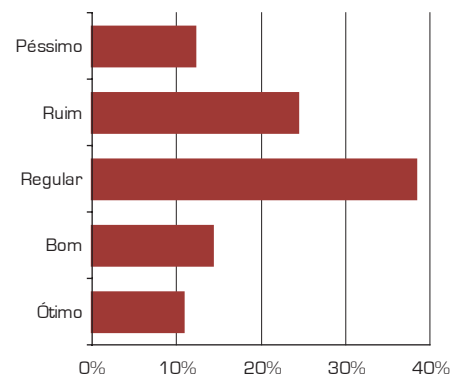
- Servir como fórum legal para a discussão das necessidades dos usuários;
- Aprimorar a regulação frente os compromissos assumidos pelos concessionários e os direitos dos usuários;
- Fazer com que o negócio, dadas suas características intrínsecas, beneficie a sociedade.

Apesar do vertiginoso crescimento nas cargas marítimas, o andamento da Agenda Portos, anunciado em 2004, é lento. São intervenções pequenas, mas emergenciais para 11 terminais portuários, que são a porta de saída de quase 90% das exportações, apenas 60% foram executados.

Problemas como o excessivo assoreamento e falta de dragagem impedem o uso de embarcações de maior calado no transporte de produtos brasileiros. O estuário possui profundidades diferentes. Rebaixamento e alargamento do canal para chegar a profundidade acima de 15 metros, de maior competitividade na movimentação de granéis de maior peso, esbarram em questões ambientais.

Desde a aprovação da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, chamada de Lei da Modernização dos Portos, os ter-

Brasil: condições das rodovias



Fonte: MT, CNT e Abdib. Trecho pesquisado: 84,4 mil quilômetros

minais especializados receberam R\$ 1,4 bilhão para construção de obras físicas, aquisição de modernos equipamentos e especialização permanente da mão-de-obra. Em 2005, foram movimentados 3,7 milhões de contêineres, contra 1,0 milhão em 1995. Com a adoção de padrões tecnológicos e operacionais compatíveis aos de terminais portuários estrangeiros, o índice de produtividade passou de oito para 45 contêineres por hora.

Apesar de ser um projeto prioritário do governo, passados dois anos e meio do lançamento da Agenda Portos, metade das obras está parada por pendências judiciais ou dificuldades na liberação de licenças ambientais. A falta de dragagem prejudica a aproximação de navios de grande porte, que ficam dias atracados no aguardo da maré subir. Falta um modelo de dragagem permanente, com períodos longos concedidos à iniciativa privada. ■

Parcerias Públicas Privadas

A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que criou as PPPs, tinha como objetivo:

1. ser uma alternativa de investimento, principalmente em obras de infra-estrutura, que não contribua para o aumento do déficit público;
2. viabilizar investimentos que, sem a garantia de uma remuneração atrativa por parte do estado, não atrairia a iniciativa privada.

O investimento em infra-estrutura por meio das PPPs situa-se entre dois extremos. De um lado, o poder público com a incumbência de gastar em áreas sociais, mas sem orçamento para empreender grandes obras. Já a iniciativa privada requer empreendimento com taxa de retorno adequada.

É frutífero o debate em torno das PPPs. Os desenvolvimentos econômico e social europeu há mais de dez anos contou com a colaboração de parcerias, assim como as concessões fazem por aqui. O modelo ainda precisa ser mais bem entendido pela sociedade. Não se trata de uma concessão simples. Depois de um prazo o patrimônio volta para o Estado.

Biocombustíveis

A febre do etanol

A agricultura energética ganha espaço e importância nas decisões governamentais. Para o Brasil uma rara oportunidade se abre para conquistar uma grande fatia do mercado internacional com a exportação de biocombustíveis.

A Agroanalysis trás um conjunto de matérias sobre questões relativas ao etanol. Após o discurso do Presidente Bush em Janeiro e a visita ao Brasil planejada para março, uma série de ações deverão ser desencadeadas.

Como fica o cenário interno e externo com a eminência da celebração de um acordo entre Brasil e EUA? Como o etanol pode se tornar uma commodity internacional relevante? Como os preços do etanol são formados e diferenciados internamente? Os próximos artigos irão ajuda-lo a responder essas perguntas.

Etanol I

Acordo entre Brasil e EUA

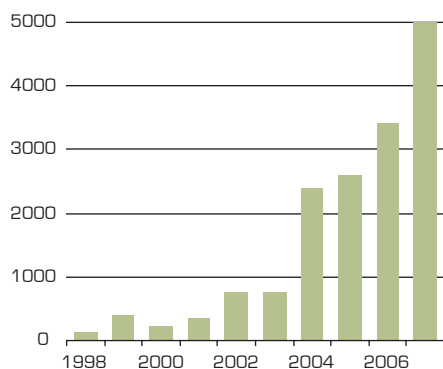
EM SEU discurso no Congresso dos Estados Unidos (EUA), em janeiro, o presidente George W. Bush voltou a criticar a dependência americana de petróleo e a reafirmar a necessidade de aumentar substancialmente o consumo de combustíveis como o etanol. A declaração alimenta a esperança dos usineiros nacionais, pois as vendas para o mercado

norte-americano cresceram de maneira formidável nos últimos anos.

A meta estabelecida pelo presidente é de elevar a produção de 28,4 bilhões para 132,5 bilhões de litros de 2012 a 2017, para reduzir o consumo de gasolina em 20%. Esse volume será quatro vezes superior à produção brasileira prevista para o período. O consumo atual é de 18,9 bilhões de litros.

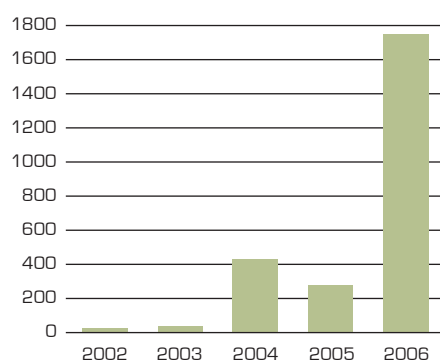
Com 110 usinas em operação e outras 73 em construção, a produção de etanol conta com medidas protecionistas. O etanol importado recebe uma tarifa de US\$ 0,14 por litro. Essa política acaba de ser renovada pelo Congresso americano e permanecerá em vigor pelo menos até o final de 2008. Os subsídios federais recebidos pelas destilarias de US\$0,13 por

Brasil: exportação de álcool (milhões de litros)



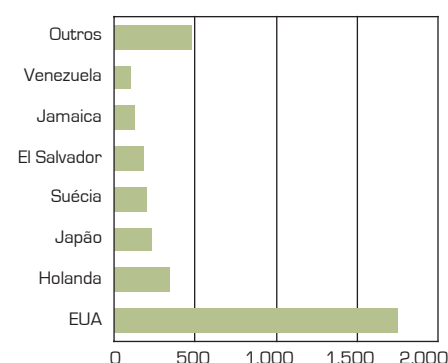
Fonte: Secex

Brasil: exportação de etanol para os Estados Unidos (milhões de litros)



Fonte: Secex

Brasil: exportação de álcool em 2006 (milhões de litros)



Fonte: Unica

Pressupostos para formulação de cenários

Item	Cenários	
	1	2
1. Preço do etanol		
US\$ por galão	3,00	2,33
US\$ por litro	0,92	0,57
2. Preço do Milho		
US\$ cents por bushell	2,33	4,00
US\$ por tonelada	91,73	157,48
3. Conversão – bushell/galão	2,7	2,7
4. Custo do milho		
US\$ cents por bushell	0,86	1,48
1 galão = 3,785 litros		
1 bushell = 25,4 quilos		

Fonte: Congresso do EUA – Serviço de Pesquisa

Margem bruta: produção de etanol a partir do milho

Item	Cenários	
	1	2
1. Custo		
Grão (a)	0,86	1,48
Processamento (b)	0,57	0,57
Sub-total (c) = (a) + (b)	1,43	2,05
Venda de subproduto (d)	0,26	0,26
Final (e) = (c) - (d)	1,17	1,79
2. Preço do galão (f)	3,00	2,25
3. Margem bruta do galão (f) - (e)	1,83	0,46

Fonte: Congresso dos EUA – Serviço de Pesquisa

litro, para misturar 10% de etanol na gasolina, tem prazo até 2010.

Nos EUA, a matéria-prima para a produção de etanol é o milho. Muitas usinas são controladas pelos fazendeiros. O *lobby* do Meio-Oeste, região produtora de grãos, é centenário e tem sentido nacionalista. O governo em Washington conhece esse poder e as eleições presidenciais de 2008 começam a pesar nas tomadas de decisão.

Na balança dos prós e contras, uma ação estratégica entre Brasil e EUA a favor do etanol parece ser viável. O governo nacional já entregou um memorando ao Departamento de Estado dos EUA com

Novos negócios para o milho

Nos anos 60, aproximadamente 60% da produção de milho eram destinados para o arração de animais. Na década de 70, com as exportações, essa participação caiu para 67%. Em meados de 90, veio o uso industrial da frutose e o percentual baixou para 60%. Agora, com etanol, bateu no limite crítico de 50%.

Cenários montados pela Kansas State e Iowa State Universities mostram uma expansão na área de milho próxima de 7 milhões de hectares, para os agricultores norte-americanos atenderem em 2012 à demanda dos criadores, das plantas de etanol e dos exportadores.

Para analisar até que ponto vai a viabilidade de se produzir etanol é preciso considerar os preços do petróleo e do milho. Quando o petróleo bateu em níveis acima de US\$ 75 o barril, no final do primeiro semestre de 2006, os preços do etanol chegaram ao nível mais alto e passaram de US\$ 4 o galão, embora seu valor médio nos últimos anos esteja em US\$ 2,33. Já uma cotação da tonelada de milho varia do valor mínimo de US\$ 91 para um extremo raro de US\$ 148.

Nessas faixas de preços, a margem bruta para produzir etanol de milho possui uma variação substancial: vai de um retorno altamente estimulante de US\$ 1,83 por galão, para outro de preocupação e risco, de US\$ 0,46. A produção de etanol ficará comprometida a partir de uma combinação de preço de petróleo abaixo de US\$ 50 o barril e preço de milho acima de US\$ 150 a tonelada.

Em 2007, os exercícios para calcular a demanda por milho apresentam números convergentes, em torno de 82 milhões de toneladas. Em hectares, a área de milho teria de crescer de 31,2 milhões para 32,5 e 34,4 milhões, respectivamente, para uma produtividade média por hectare de 9.100 e 8.500 quilos.

manifestação dessa intenção. O irmão do Presidente Bush, Jeff Bush, governador da Flórida, já se posicionou favoravelmente.

O subsecretário de Estado americano para Assuntos Políticos, Nicholas Burns, em visita este mês ao Brasil, manifestou a intenção de um acordo dos EUA com o Brasil sobre biocombustíveis, em cima de três vertentes:

1. Como responsáveis por 70% da produção mundial de etanol, é estratégico uma cooperação maior entre governo e setor privado dos dois países;
2. No envolvimento de outros países, para o desenvolvimento e formação de mercados para o biocombustíveis;
3. Ampliação do mercado global para os biocombustíveis, principalmente o etanol, para torná-lo uma *commodity* global.

A idéia inicial lançada por Nicolas Burns é de escolher um país da América Central para o desenvolvimento de um projeto piloto. Os setores privados dos dois países já possuem uma parceira em

El Salvador. A ARFS (American Renewable Fuel Suppliers) é uma usina desidratadora de álcool localizada em Donsonate com capitais de empresas brasileiras, americanas e salvadorenhas.

Os americanos estão conscientes de que necessitam do produto importado. Os efeitos da febre por etanol aquecem os preços dos grãos. O milho ganha uma demanda alternativa e a soja e os outros grãos perdem área para o cereal. Os custos de produção aumentam para os criadores e para a indústria de alimentos. Muitos grupos de interesse são afetados e resta aguardar como reagirão.

É bom lembrar que o presidente Bush pretende diversificar as fontes para a produção de biocombustíveis. Uma alternativa é o etanol celulósico, a partir da utilização de restos orgânicos variados, como sobras de madeira e resíduos agrícolas. A proposta da Farm Bill 2007 dá um tratamento especial para o desenvolvimento de biocombustíveis. ■

Etanol II

Panorama internacional

Mirian Rumenos Piedade Bacchi*
 Marcela de França Cabrini**
 Marta C. Marjotta-Maistro***

A PESAR DE o mercado doméstico ser o principal destino da produção de álcool do País, a demanda externa tem aumentado significativamente. É, portanto, importante conhecer o potencial do mercado internacional, com informações sobre as perspectivas dos programas de implementação do uso da *commodity*.

De 2000 a 2006 vários países adotaram o álcool em sua matriz energética, com destaque para Estados Unidos, Brasil e, na América do Sul, Colômbia, Peru, Venezuela e Paraguai. O programa de combustíveis renováveis da União Européia (UE) avançou com o biodiesel. Os objetivos são:

- Diminuir a dependência do petróleo;
- Tornar a matriz energética mais limpa;
- Equilibrar os preços da matéria-prima de acordo com o custo de oportunidade do álcool;
- Administrar políticas de geração de renda nos países em desenvolvimento.

Álcool: Custo de produção por litro

Brasil	US\$ 0,17
Estados Unidos	US\$ 0,32
Europa	US\$ 0,56
Ásia	US\$ 0,29 a US\$ 0,31

Fonte: Guimarães (2005)

Os EUA foram o país que mais expandiu a produção de álcool, mas têm uma demanda potencial acima da sua capacidade de abastecimento. Para os países integrantes da Iniciativa da Bacia do Caribe (CBI) é permitida uma cota de importação de 7% sem tarifa de importação. Algumas empresas brasileiras aproveitam estas cotas para exportar para os EUA por meio de triangulação com estes países. No entanto, a ação tende a diminuir conforme os países da América Central e Caribe – que já produzem cana para fabricação de açúcar – aumentem sua produção e exportação aos EUA.

O Japão é o maior importador potencial, devido à grande demanda por combustíveis renováveis, ao alto consumo de gasolina, à baixa produção de álcool e à tarifa de importação praticamente nula. A Índia não possui tal potencial importador, pois sua demanda externa se faz em razão da estiagem que prejudicou a produção nestes anos. Na União Européia, a maior representatividade comercial para o Brasil é a Suécia, com misturas altas (E-85) e baixas (E-5).

Os países concedem subsídios à produção para o álcool ficar mais competitivo diante da gasolina, devido à falta de experiência, da menor escala de produção e dos custos mais elevados decorrentes da matéria-prima utilizada.

Apesar da potencialidade dos países analisados, o mercado brasileiro é o maior consumidor. A competitividade dos carros *flex fuel* aliada à diferença entre o preço do álcool hidratado e da gasolina na bomba são os responsáveis pelo crescente consumo do álcool no mercado doméstico. Para que o País se consolide como exportador mundial deve haver excedentes exportáveis para os consumidores não correrem risco de desabastecimento e serem prejudicados de acordo com o custo de oportunidade do álcool em relação ao do açúcar. ■

Programas de álcool

	2000	2006
Brasil	Álcool anidro: mistura de 20 a 25% na gasolina	Os veículos flex fuel ¹ , lançados em 2003, representam 80% das vendas de veículos leves
EUA	Há 90.000 veículos flex. E10 ² em 12% da gasolina consumida	Há 5 milhões de veículos flex. RFS ⁶ : meta de uso de 28,4 bilhões de litros/ano até 2012. Este volume deve ser atingido principalmente pelo E10.
UE	Meta: 2% de combustível renovável até 2006 em meios de transporte	Meta de 12% de fontes renováveis até 2010, com 5,75% no setor de transportes. Foco no biodiesel.
Canadá	E5 ³	E10 em 35% até 2010
Japão	E3 ⁴ facultativo	E3 facultativo. Meta: E10 até 2008.
Índia	Não significativo	E5 em algumas regiões
China	Estudo da implementação do E10	E10 em 5 províncias
Tailândia	Estuda possibilidades	Meta: E10 com início em 2007
América do Sul	Colômbia já utiliza E10	E10 (Colômbia, Peru, Venezuela, Paraguai)
América Central	Exportação ao EUA pelo CBI ⁵	Ampliação da produção e exportação para os EUA através do CBI ⁴

1. Flex fuel: veículos que rodam tanto com álcool como gasolina, em qualquer proporção. 2. E10: mistura de 10% de álcool anidro à gasolina.

3. E3: mistura de 3% de álcool anidro à gasolina. 4. E5: mistura de 5% de álcool anidro à gasolina. 5. CBI: Iniciativa da Bacia do Caribe. 6. RFS: Renewable Fuels Standart, iniciado em 2006.

Etanol III

Preços no Sudeste e no Nordeste

Mirian Rumenos Piedade Bacchi*
 Guilherme Signorini**
 Marta Cristina Marjotta-Maistro***

AS VENDAS crescentes de carros *Aflex*, a demanda internacional por álcool, motivada por questões ambientais e as alterações na oferta de petróleo anunciadas pela Opep (Organização dos Países Produtores de Petróleo) fortalecem o setor sucroalcooleiro.

O governo varia a proporção de álcool anidro na gasolina e também cria meios para tornar viável o uso de biomassa para a produção de combustível e geração de energia elétrica.

Por sua vez, as condições climáticas afetam os ânimos dos agentes do mercado. O fenômeno El Niño pode causar instabilidade na Região Centro-Sul do Brasil nas temporadas 2006/07 e 2007/08. Isso afeta a colheita da cana e a produção de açúcar e álcool.

Para analisar o comportamento do mercado de combustíveis, foram consideradas as séries de preços mensais de julho de 2001 a junho de 2006 do álcool hidratado e do álcool anidro ao produtor. As informações referentes ao produtor de álcool foram obtidas no Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq/USP) e as referentes ao varejo, na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

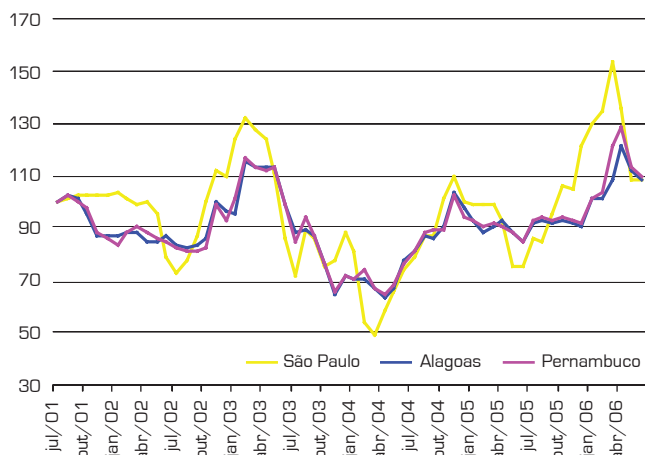
As safras de cana-de-açúcar na Região Centro-Sul iniciam entre abril e maio e terminam entre novembro e dezembro. Já na Região Norte-Nordeste, a safra começa entre setembro e outubro e acaba entre fevereiro e março. Existe uma forte influência da Região Centro-Sul sobre os preços dos álcoois anidro e hidratado pagos ao produtor da Região Norte-Nordeste.



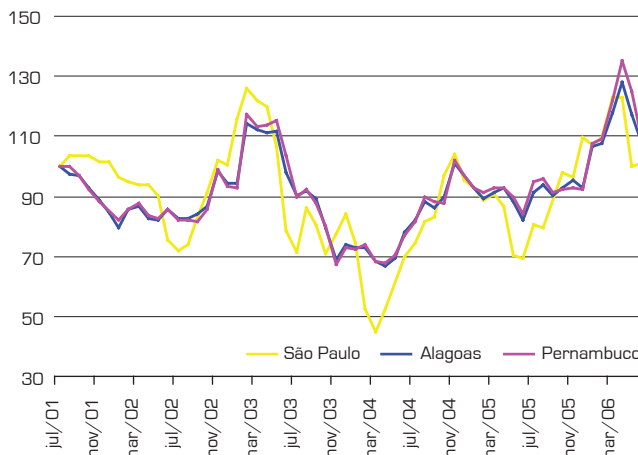
São Paulo, Alagoas e Pernambuco:
 correlações entre as séries de preços dos combustíveis

Ao produtor		Ao consumidor	
Álcool Hidratado SP x AL	0,810	Álcool Hidratado SP x AL	0,740
Álcool Hidratado SP x PE	0,837	Álcool Hidratado SP x PE	0,762
Álcool Hidratado PE x AL	0,982	Álcool Hidratado PE x AL	0,948
Álcool Anidro SP x AL	0,814	Gasolina SP x AL	0,824
Álcool Anidro SP x PE	0,781	Gasolina SP x PE	0,918
Álcool Anidro AL x PE	0,993	Gasolina AL x PE	0,892

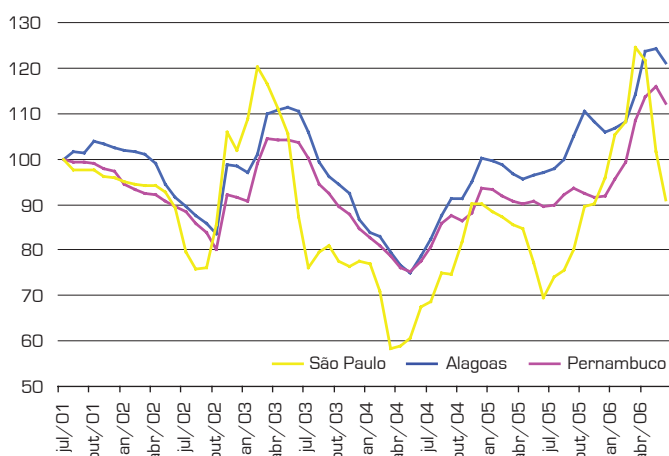
Variação no índice de preço do álcool hidratado



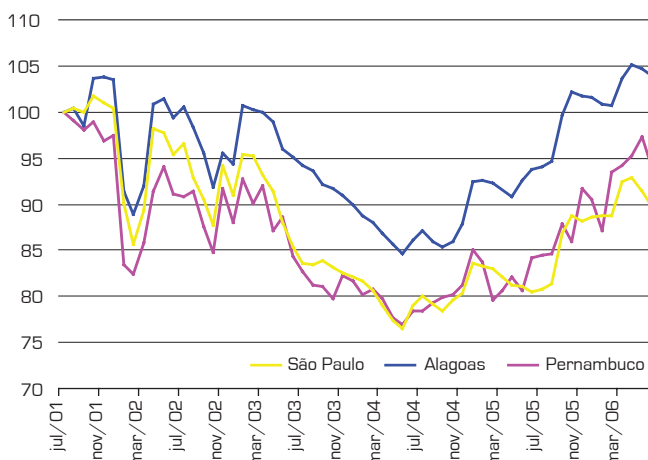
Variação no índice de preço do álcool anidro



Variação no índice de preço do álcool hidratado ao consumidor



Variação no índice de preço da gasolina ao consumidor



As variações nos preços do anidro e do hidratado são bastante semelhantes. As movimentações de alta e queda registradas no estado de São Paulo e posteriormente seguidas nos estados de Alagoas e Pernambuco. Essa influência ocorre principalmente porque a Região Centro-Sul representa cerca de 90% de todo o álcool produzido no País, assim como a área colhida de cana-de-açúcar.

Na variação dos preços no varejo do álcool hidratado, São Paulo, Alagoas e Pernambuco seguem a mesma tendência.

Há uma correlação significativa nos preços dos diferentes tipos de álcool nas regiões produtoras. Os preços de álcool hidratado ao produtor ficarão mais correlacionados que o preço ao consumidor. Isso porque

os agentes de mercado da Região Nordeste avaliam o comportamento dos preços em São Paulo, tomam um diferencial de frete entre as regiões e formam o preço de venda. Essas considerações também podem ser estendidas para o álcool anidro.

Quando se trata do nível de varejo, cada região apresenta políticas diferenciadas de preço do álcool vendido ao consumidor, em função, por exemplo, de custos de transporte do produto, armazenagem, mercado consumidor etc.

A correlação entre os preços da gasolina no varejo pode ser em função da:

1. Estreita relação entre os preços do álcool anidro ao produtor (que faz parte da composição da gasolina C);
2. Estratégia de formação de preços da

gasolina A adotada pelo governo, que segue um padrão homogêneo para garantir a competitividade do produto nas diferentes regiões.

Vale acrescentar mais alguns pontos a respeito do comportamento dos preços dos combustíveis. A correlação entre os preços do álcool nos estados de Alagoas e Pernambuco é maior, em função da proximidade desses estados. Apesar dos preços apresentarem tendências semelhantes, eles são maiores na Região Nordeste, devido aos custos de transporte entre as regiões. ■

* Professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia, Esalq/USP

** Graduando em Agronomia Esalq/USP

*** Pesquisadoradoutora do Cepea/Esalq/USP

Etanol IV

Mercado Futuro

Mirian Rumenos Piedade Bacchi*
 Lourival C. Monaco Neto**
 Marta Cristina Marjotta-Maistro***

A ANÁLISE da relação dos preços e o potencial das bolsas de mercados futuros para os combustíveis ajuda na tomada de decisão dos agentes que operam nesses mercados.

A alta correlação entre as médias mensais dos preços do álcool juntamente com as médias mensais dos preços futuros do álcool anidro atende a condição necessária para usar uma bolsa de futuros como forma de se proteger de oscilações inesperadas de preços no mercado físico.

Já na Chicago Board of Trade (CBOT), é baixa a correlação entre os preços futuros do álcool anidro e os preços do álcool anidro pagos ao produtor no mercado à vista. Isso talvez pelo fato de a CBOT ser relativamente nova em trabalhar contratos de álcool anidro (março de 2005), ainda com uma baixa liquidez.

As correlações entre as séries de preços

Correlações entre as séries de preços dos combustíveis analisados

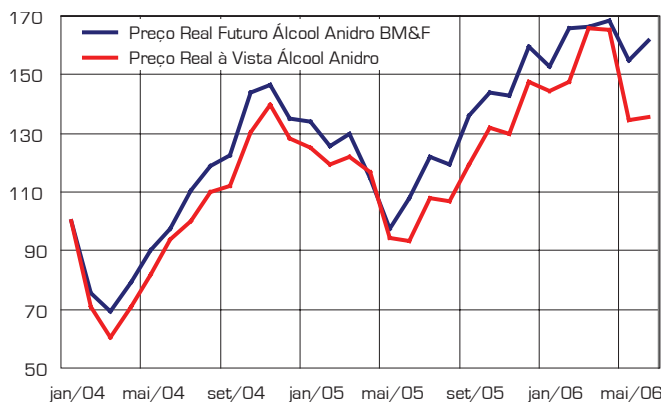
Variáveis	Correlação
Preço Físico Álcool Anidro X Preço Futuro Álcool Anidro BM&F	0,977
Preço Físico Álcool Anidro X Preço Futuro Álcool Anidro CBOT	0,615
Preço Físico Álcool Anidro X Preço Gasolina C (na bomba)	0,802
Preço Álcool Hidratado (na bomba) X Preço Gasolina C (na bomba)	0,881
Preço Físico Petróleo X Preço Gasolina C (na bomba)	0,842
Preço Físico Álcool Anidro X Preço Físico Álcool Hidratado	0,98
Preço Físico Álcool Anidro X Preço Físico Petróleo	0,702
Preço Físico Álcool Hidratado X Preço Físico Petróleo	0,69

do petróleo e álcool anidro e hidratado ficaram acima da correlação entre a gasolina e o petróleo. Entre os dois tipos de álcool a relação nos movimentos de preços é bem estreita, porque ambos são derivados da cana-de-açúcar e sujeitos a fatores econômicos comuns.

Flex fuel

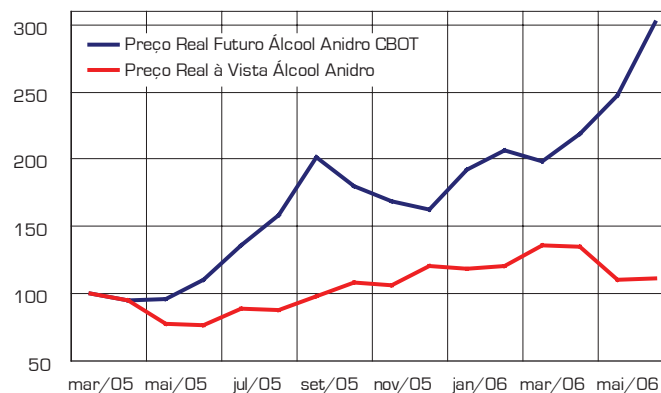
Os carros *flex fuel* transformaram o mercado interno de combustíveis. O consumidor funciona como instrumento regulador de preços. Se um dos combustíveis aumenta o preço, o seu consumo diminui. Há uma substituição do tipo de combus-

Análise dos preços mensais à vista e futuros do álcool anidro



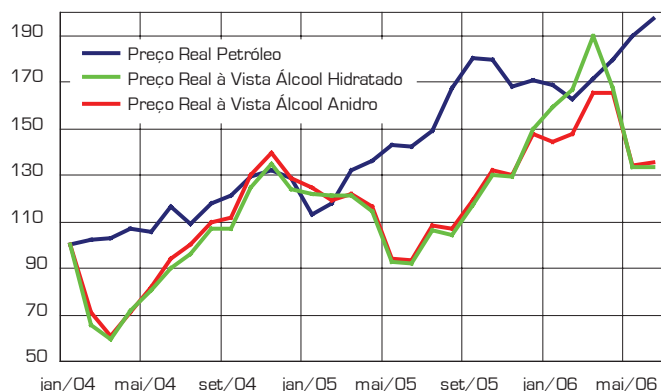
Índice = janeiro 2004
 Fonte: Cepea e BM&F

Análise dos preços mensais e futuros do álcool anidro



Índice = janeiro 2004
 Fonte: Cepea e CBOT

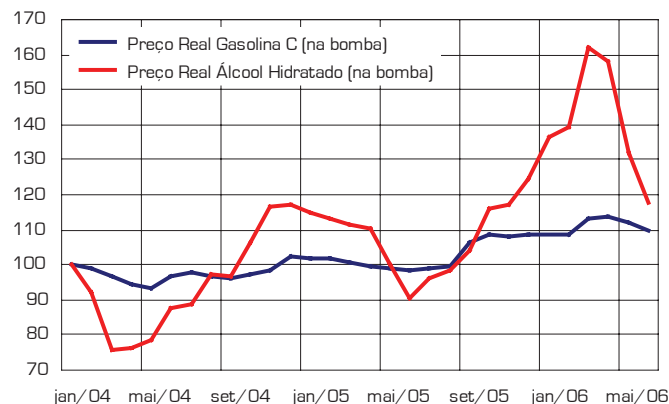
Análise dos preços mensais do barril de petróleo, os preços mensais do álcool anidro à vista e os preços mensais do álcool hidratado à vista



Índice = janeiro 2004

Fonte: ANP (www.anp.gov.br); Cepea

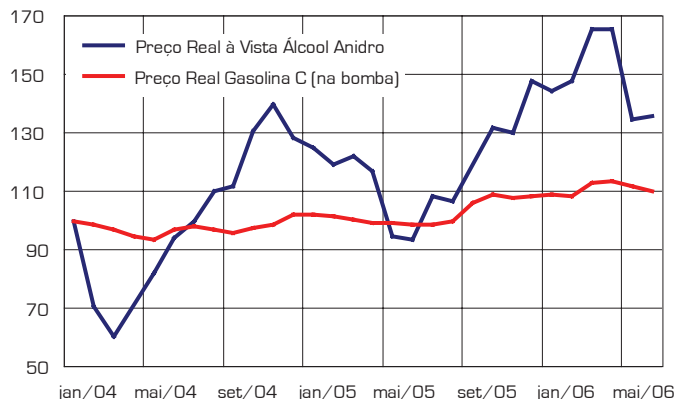
Análise dos preços mensais na bomba do álcool hidratado e da gasolina C



Índice = janeiro 2004

Fonte: ANP

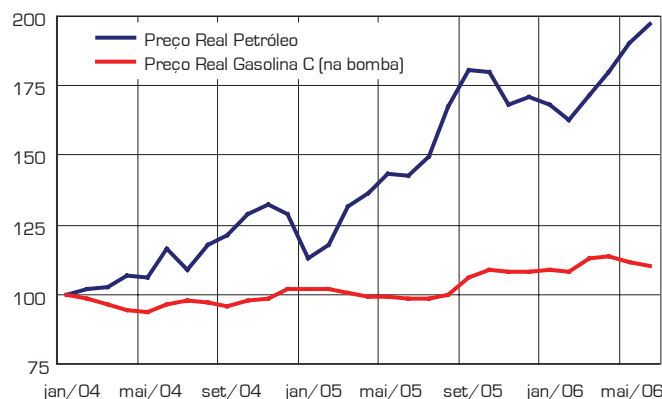
Análise dos preços mensais do álcool anidro à vista e da gasolina C, na bomba



Índice = janeiro 2004

Fonte: Cepea; ANP

Análise dos preços mensais do barril de petróleo e da gasolina C, na bomba



Índice = janeiro 2004

Fonte: ANP

tível. Essa relação é uma das principais razões para o valor alto de correlação entre as duas séries de preços.

A correlação entre os preços de álcool anidro ao produtor e de gasolina C na bomba. O cálculo da correlação pode ser explicado pela mistura. Uma parte do preço da gasolina vem da preço do álcool.

Na evolução dos preços da gasolina C e do barril do petróleo, o primeiro é mais estável que o do petróleo. Existe a política de amortizar os repasses de variações

do preço do petróleo para a gasolina, para minimizar impactos inflacionários. Somente uma porção da variação do preço do petróleo é repassada para seus derivados.

De acordo com os resultados obtidos, existe correlação positiva em todas as análises feitas. Em diferentes proporções, todos os preços têm suas variações na mesma direção. No que se refere às Bolsas de Futuros, os produtores nacionais deveriam utilizar a Bolsa nacional e não a CBOT,

para se proteger de oscilações dos preços do álcool anidro. Isso levaria a um menor risco de base, ou seja, a não convergência dos preços futuros e dos preços do mercado físico para uma base prevista. ■

* Professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia, Esalq/USP

** Aluno de graduação em Engenharia Agrônoma da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP)

*** Pesquisadora Doutora do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada Esalq/USP

Internet

Inclusão digital no campo

Otávio Valentim Balsadi*

A PARTIR da segunda metade dos anos 90 começou a ganhar mais espaço entre os formuladores de políticas públicas a questão do acesso da população à informação por meio da rede mundial de computadores, a internet. Várias ações, com predomínio da instalação dos chamados telecentros, foram feitas para ampliar o acesso da população, especial-

mente da parcela de menor poder aquisitivo, aos meios digitais de comunicação.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2004, apenas 12% de brasileiros tinham acesso à internet pelos 19,0 milhões de computadores existentes no País. O Brasil ocupa o décimo lugar entre os países com maior número de internautas. Os Estados Unidos, a China, o

Japão e a Alemanha concentram 45,2% do total de 875,6 milhões de internautas do mundo. Quando se olha para as famílias de empregados agrícolas¹, a situação é bem mais crítica.

Dois aspectos merecem ser destacados na questão do acesso aos computadores:

Primeiro: nas famílias puramente agrícolas, a concentração dos computadores



PROGRAMA

CONJUNTURA BRASIL

(PROGRAMA INDEPENDENTE)



RECORD
FRANCA E RIBEIRÃO PRETO

APRESENTAÇÃO:

Maria Rita Falleiros

Neste mês, o tema será oportunidades adormecidas. Registramos a posse da nova diretoria do SEBRAE e seu planejamento estratégico. Apresentaremos, aos sábados, às 12 hs, debates e entrevistas com liderança do setor, entre elas: Fábio Meirelles, Paulo Okamoto, Cesário Ramalho da Silva, Paulo Scaf e Luiz Flávio D'urso.



ANUNCIE CONOSCO: (16) 3623 9720

E-MAIL: conjunturabrasil@conjunturabrasil.com.br

Oferecimento:

RODOBENS
CONSÓRCIO



VAN STRATEN

35 ANOS
LUZ
PUBLICIDADE

FABAN
Ribeirão Preto

credicoonai
Sua Estabilidade é Nosso Ideal!

Apoio:

AGROANALYSIS

RIBEIRÃO
CIESP

PAZ
TRANSPORTES AÉREOS

se dá em função da categoria dos empregados: em 2004, 96,3% das famílias que tinham computador eram de empregados permanentes, as quais estavam divididas proporcionalmente entre as áreas rurais e urbanas.

Segundo: Para as famílias pluriativas, a concentração dos computadores ocorre em função do local de residência: em 2004, 90,0% das famílias que possuíam

computador residiam nas cidades. Embora deva ser ressaltado que a participação das famílias de empregados permanentes era bem superior à das famílias de empregados temporários.

De acordo com os dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), quando o tema é o acesso à internet, a concentração torna-se mais explícita:

- Todas as famílias puramente agrícolas com acesso à rede mundial de computadores eram famílias de empregados permanentes.
- Todas as famílias pluriativas conectadas à internet eram residentes em áreas urbanas, com claro predomínio dos empregados permanentes,
- Apenas 0,2% das famílias agrícolas (4.695 famílias num total de 2,1 milhões) e 1,2% das famílias pluriativas (12.819 famílias num total de 1,1 milhão) tiveram acesso à internet de suas residências.

Com raras exceções, as regiões Norte e Nordeste possuem os piores indicadores, enquanto os residentes rurais continuam em situação mais desfavorável ainda. Suas áreas rurais são muito mais carentes que as urbanas; os trabalhadores assalariados das classes de renda mais baixas são os mais excluídos; e a população negra é muito mais excluída do que a branca.

Os dados de 2004 evidenciaram a magnitude do problema a ser enfrentado, pois tinham computador em suas residências e acesso a internet, respectivamente, somente:

- 0,6% e 0,2% das famílias de empregados agrícolas;
- 2,7% e 1,2% das famílias pluriativas.

Esses valores estão muito abaixo das médias nacional e regional para o conjunto da população brasileira. A exclusão digital segue os mesmos contornos da exclusão social. Em um contexto de constantes avanços tecnológicos no processo produtivo, é preciso maior atenção para os empregados agrícolas e seus parentes no tocante às tecnologias digitais. Um desafio para as políticas públicas e ações da sociedade civil. ■

* Engenheiro Agrônomo, Doutor em Economia Aplicada, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

1 De acordo com a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é considerado empregado (permanente ou temporário) a pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), com remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc).

População residente em domicílios particulares permanentes com acesso ao computador e à internet

Brasil, Grandes Regiões e Raça ou Cor	Acesso ao Computador (%)		Acesso à Internet (%)	
	2001	2004	2001	2004
Brasil	12,5	16,2	8,3	12,0
Norte ¹	6,2	6,4	3,7	3,8
Nordeste	5,1	6,5	3,4	4,7
Centro-Oeste	11,0	15,6	7,6	11,4
Sudeste	17,8	22,9	12,1	17,2
Sul	14,3	20,9	8,8	15,3
Branços	18,6	24,0	12,8	18,2
Negros	5,0	7,7	2,8	5,0

1 Em 2001, somente a área urbana.
Fonte: Ipea – Boletim de Políticas Sociais n.12.

Número de empregados agrícolas com microcomputador e acesso à internet

Brasil e Grandes Regiões	Empregado Permanente				Empregado Temporário			
	Computador		Internet		Computador		Internet	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Centro-Oeste	1.967	2.216	640	1.233	0	0	0	0
Nordeste	1.996	495	0	0	2.016	505	0	0
Norte Urbano	386	0	0	0	144	0	0	0
Sudeste	4.818	5.619	1.409	2.298	0	0	0	0
Sul	983	4.691	0	1.164	0	0	0	0
Total de Brasil	10.150	13.021	2.049	4.695	2.160	505	0	0

Fonte: elaborado a partir dos microdados da Pnad

Número de famílias pluriativas dos empregados com microcomputador e acesso à internet

Brasil e Grandes Regiões	Empregado Permanente				Empregado Temporário			
	Computador		Internet		Computador		Internet	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Centro-Oeste	3.571	3.206	1.920	1.929	519	0	519	0
Nordeste	957	3.160	0	2.170	730	0	0	0
Norte Urbano	145	454	145	454	0	0	0	0
Sudeste	5.936	8.212	1.700	5.056	843	7.051	0	1.436
Sul	207	5.499	207	1.774	1.159	1.194	570	0
Total de Brasil	10.816	20.531	3.972	11.383	3.251	8.245	1.089	1.436

Fonte: elaborado a partir dos microdados da Pnad

Qualiagro

Novas dimensões

Maria Cristina Prata Neves

OS CONSUMIDORES ficaram exigentes em relação à qualidade dos alimentos. Além das características tangíveis, como cor, tamanho, ausência de defeitos, passam a incluir questões ambientais (local do cultivo, práticas culturais, aplicação de resíduos etc.) e de responsabilidade social (direito, saúde e segurança no trabalho e desenvolvimento rural).

As normas de produção agrícola incorporaram novos padrões e procedimentos, comprovadas por certificações, usualmente com selos estampados na rotulagem do produto. As certificações são voluntárias e permitem a diferenciação do produto com agregação de valor ou ingresso a certos mercados. O selo Deméter para os produtos orgânicos biodinâmicos, criado em 1924, é provavelmente o mais antigo usado para produtos agrícolas.

Mercado Justo

Estabelecidas pela Fairtrade Labelling Organizations International e aplicadas em 50 países, as normas do programa Mercado Justo (Fair Trade) visam a melhorar o acesso aos mercados e as condições comerciais para o:

- Produtor familiar com terras próprias que comercializa em cooperativa ou associação;
- Trabalhador rural sem terra própria que trabalha como empregado em fazendas, usinas, agroindústrias etc, com ênfase no salário, saúde e segurança do trabalho, garantia de acesso à educação e liberdade de associação a sindicatos.

As normas de certificação do Mercado Justo garantem: 1) preço mínimo para os produtos exportados; 2) prêmio para as organizações melhorarem as condições de vida da comunidade.

Eurep-GAP e Produção Integrada

Estabelecidas em 1997, por iniciativa das empresas varejistas de alimento pertencentes ao Euro-Retailer Produce Working Group, que representa 24 grandes cadeias de supermercados da União Européia, as normas do Eurep-GAP, sob a forma de Boas Práticas Agrícolas, são aplicadas à produção de frutas, legumes e verduras, flores e plantas ornamentais, produção animal, aquicultura e café.

O sistema exige controle de lote para ser rastreado até a origem, com o registro das operações, como o manejo aplicado, a rotação das culturas e os tratamentos empregados durante o cultivo e na pós-colheita (adubos, corretivos, agrotóxicos, fitohormônios, entre outros). Para cada produto é documentado o ingrediente ativo, a dose, a época, o responsável pela aplicação e a justificativa para o seu uso, entre outros aspectos.

No Brasil, a certificação de Produção Integrada tem requisitos similares aos da Eurep-GAP, com uma negociação para harmonizar as duas normas, para fins de reconhecimento da certificação brasileira no mercado exportador.

ISO 14001:1996 e ISO 22000:2005

Desenvolvidas pela ISO, organização não-governamental de uma federação de agências nacionais de normas técnicas, as normas:

- ISO 14001:1996: apóia a aplicação de um plano de manejo ambiental;
- ISO 22000:2005: voltada para a gestão da segurança dos alimentos contra o risco à saúde das pessoas. Ambas são compatíveis com as normas ISO 9001:2000 e usam a base de organizações certificadoras que já operam as normas ISO.

A incidência de doenças veiculadas por alimentos (DVA) pode atingir 1/3 da população (OMS, 2002). Nos Estados Unidos, por exemplo, são registrados 76 milhões de casos de DVA, com 325.000 hospitalizações e 5.000 mortes a cada ano. No mundo, há cerca de 2.1 milhões de casos fatais.

Desenvolvidas em estreita cooperação com a Comissão do *Codex Alimentarius* e de consenso internacional, as normas são aplicáveis a qualquer etapa da cadeia dos alimentos, desde a produção primária até a indústria e serviços de alimentação, fornecedores de embalagens, atacadistas, transportadoras.

A ISO 14000 exige respeito à legislação ambiental e um plano de gestão ambiental com definição de objetivos e metas, estratégias e responsabilidades. Há grande ênfase na capacitação dos trabalhadores, na documentação das atividades e no controle das metas alcançadas. São certificados empresa ou unidade de produção, não sendo aplicáveis aos produtos. No Brasil, de acordo com o Guia Exame 2005, cerca de 70,0% das empresas de grande porte contam com essa certificação.

As normas ISO 22000 apresentam três requisitos básicos: a implementação de

Boas Práticas de acordo com o Código de Práticas da Comissão do *Codex Alimentarius* (FAO/OMS, 1999), do Sistema APPCC (FAO, 1998) e um sistema de gestão com base na ISO9001.

O sistema APPCC inclui o levantamento dos perigos do processo de produção, bem como das medidas preventivas para evitá-los. Estabelece os pontos de controle, os limites de segurança, as ações corretivas e os procedimentos de monitoramento, de verificação e de registros. Há grande ênfase na capacitação dos trabalhadores, nos requisitos de higiene e de comportamento pessoal, na documentação das atividades e na rastreabilidade. Exige respeito à legislação ambiental e trabalhista, principalmente com relação à saúde e segurança dos trabalhadores.

SA8000

Criada em 1997, a SA8000 trata da conduta ética nas relações de trabalho e do respeito aos direitos humanos. Tem por objetivo promover melhorias nas condições de trabalho nos aspectos sociais de segurança, justiça e direito dos trabalhadores. Desenvolvida pela Social Accountability International (SAI), organização não-governamental sediada nos Estados Unidos, associada ao Conselho de Prioridades Econômicas (Council on Economic Priorities), pioneiro na área de responsabilidade social das empresas, reúne empresários, organizações não-governamentais e organizações sindicais com o objetivo de buscar condições dignas nas relações de trabalho.

Baseia-se nos requisitos de acordos internacionais sobre direitos humanos e sobre condições de trabalho da Organização Internacional para o Trabalho (OIT). Estabelecem condições mínimas para o ambiente de trabalho ser considerado seguro e saudável. Exigem liberdade para os trabalhadores filiarem-se a sindicatos de classe, proibindo discriminações e o trabalho infantil. Contém regras para a duração da jornada de trabalho e o valor dos salários, entre outras.

Não há marca de certificação SA8000 na rotulagem dos produtos e nem sobre-

Aperto da UE

O Comitê Permanente da Cadeia Alimentar e de Saúde Animal da União Européia começa a discutir a situação sanitária de produtos agropecuários importados do Brasil. Está sendo ouvida a missão que abordou o plano de monitoramento e controle de resíduos e contaminantes apresentados pelo Brasil. Esse plano foi aprovado parcialmente pela UE, para as carnes bovinas e de aves. Mas Bruxelas quer também o controle para pescados, camarão e carne eqüina.

A UE continua preocupada com a situação no Brasil e quer mais garantias sobre os produtos que importa. Maior cliente dos produtos agropecuários do Brasil, o bloco insiste para o país reforçar os controles sanitários.

Apesar da Copa Cogeca, principal central agrícola européia, ter pedido, em julho, para Bruxelas proibir a entrada de produtos agrícolas brasileiros, sob a alegação de não respeitar as normas sanitárias, a carne bovina brasileira pode ter mais espaço na Suíça, país que não faz parte da UE.

O governo suíço confirma o bloqueio da importação de carne procedente dos Estados Unidos a partir de 2007, porque, como a UE, não aceitará mais carne tratada com hormônio. Hoje, 85% das importações de carne bovina da Suíça vêm do Brasil. A expectativa é de que as compras do produto brasileiro aumentem, substituindo a importação procedente dos EUA, por exemplo.

Além disso, a Suíça investiga se os Estados Unidos vendem arroz transgênico para seu mercado. No país, uma moratória aprovada em votação popular proíbe a importação desses produtos. Mas, após a descoberta de traços de arroz transgênico, recentemente, nos estoques de mercadorias nos EUA, os suíços decidiram agir. É que 30% do arroz consumido no país vêm dos EUA. O Japão, que também importa arroz americano, já suspendeu as compras.

preço. Beneficia empresas agroindustriais voltadas para o setor de exportação. São usadas como estratégia para acesso a mercados mais exigentes. As empresas certificadas exigem de seus fornecedores o cumprimento dos mesmos padrões. São reconhecidas como um sistema efetivo de implementação, manutenção e verificação de condições dignas de trabalho.

Conclusões

A ISO 14000 é aplicável principalmente às agroindústrias e trata das questões ambientais. A ISO 22000 enfatiza as questões de segurança dos alimentos. A SA8000 focaliza os aspectos relacionados com as relações de trabalho e os direitos humanos e são aplicáveis a empreendimentos de grande porte.

A certificação para Mercado Justo atende às questões sociais e de desenvolvimento das comunidades rurais. Também abordam as questões ambientais.

Já as normas da Agricultura Orgânica, assim como a Eurep-GAP e a Produção Integrada são abrangentes, dão ênfase às questões ambientais, sociais e de segurança dos alimentos e são aplicáveis a qualquer escala de produção. As questões éticas, principalmente relacionadas com a produção animal, são fortemente abordadas pela Agricultura Orgânica.

As normas Eurep-GAP relativas à produção animal também abordam as questões éticas, embora com menores exigências. As normas Eurep-GAP e PIF enfatizam fortemente as questões relacionadas com a rastreabilidade na cadeia dos alimentos até o ponto de origem. A Agricultura Orgânica preocupa-se mais com a segregação dos produtos orgânicos ao longo da cadeia. ■

Biotecnologia

Mais transgênicos

O CULTIVO de organismos geneticamente modificados (OGMs) cresce em ritmo acelerado em todo o mundo, segundo relatório da ISAAA (sigla em inglês do Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia, organização não-governamental defensora dos transgênicos. Apenas são consideradas as culturas liberadas oficialmente nos países pesquisados. Atualmente, 51 países autorizam o plantio ou importação de grãos transgênicos.

Desde que a tecnologia começou a ser utilizada, há dez anos, pela primeira vez o cultivo transgênico ultrapassou, em 2006, a marca de 100 milhões de hectares. O crescimento foi de 13% em relação ao ano anterior. A movimentação financeira do mercado de OGMs atingiu US\$ 6,15 bilhões.

Com o maior crescimento ocorrido nas lavouras geneticamente modificadas para tolerar herbicidas, a soja confirmou a sua posição de maior cultura transgênica no mundo. O crescimento das culturas transgênicas foi mais acentuado em países em desenvolvimento, responsáveis por 40% da área plantada com sementes geneticamente modificadas no planeta.

A Índia registrou o maior aumento proporcional ao quase triplicar a área plantada. No *ranking* dos dez maiores produtores de transgênicos, o Brasil está ao lado dos outros três sócios principais do Mercosul: Argentina, Paraguai e Uruguai.

O Brasil passou a integrar a pesquisa da ONG em 2003, depois da primeira autorização para a comercialização de safra de soja transgênica, concedida pelo governo Lula. No *ranking* divulgado em 2004, o

País aparecia em quarto lugar. Em 2005, ocupou o terceiro lugar. No mundo, foi o país com a maior expansão da área plantada. Em 2006, o ritmo de crescimento das lavouras não se manteve.

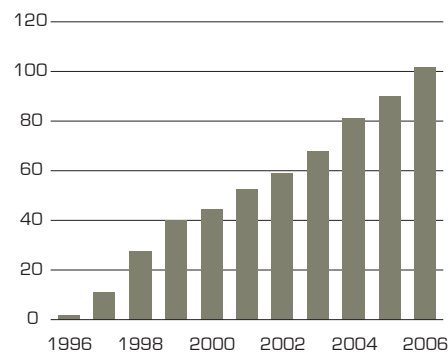
No Brasil, a área com transgênicos aumentou 22%: passou de 9,4 milhões para 11,5 milhões de hectares. Foi o terceiro maior incremento de área plantada em termos absolutos: 2,1 milhões de hectares. Uma alta de 22%. Somadas, as lavouras transgênicas representam nacionalmente cerca da quarta parte da área total plantada de grãos. O crescimento brasileiro só perdeu para o dos EUA e da Argentina.

O cultivo nacional de transgênicos restringe-se basicamente à soja: são 11,38 milhões de hectares, pouco mais da metade da soja plantada no Brasil. A outra lavoura de transgênicos cultivada no Brasil é a de algodão Bt, autorizado pela CTNBio no ano passado. São cerca de 120 mil hectares, o equivalente a 15% da safra brasileira. As áreas plantadas com sementes de milho geneticamente modificados não são consideradas, embora haja registro de culturas clandestinas do grão.

A área total de grãos, entre OGMs e convencionais, ficou perto de 21 milhões de ha no ano passado, uma queda de 7% em relação ao período anterior. Apesar de não ter sido um ano favorável para o setor, os produtores decidiram utilizar OGMs na expectativa de melhorar a rentabilidade.

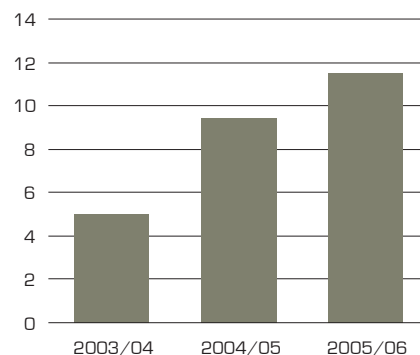
As projeções da ISAAA para 2015 são interessantes. Em todo o mundo, 200 milhões de hectares estarão cultivados como transgênicos, principalmente nos países em desenvolvimento. A área

Mundo: área plantada com transgênicos (milhões de hectares)



Fonte: ISAAA

Brasil: área com transgênicos (milhões de hectares)



Fonte: ISAAA

plantada no Brasil com sementes transgênicas irá mais que triplicar e atingir a marca de 36 milhões de hectares. O País superará a Argentina e será o segundo maior local de plantio de sementes modificadas no planeta, abaixo apenas dos Estados Unidos. ■

Meio ambiente

Matriz energética mais limpa

COM INVESTIMENTOS orçados em US\$ 40 bilhões, a Empresa Brasileira de Pesquisa Energética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, elaborou dois planos estratégicos:

1. Plano Decenal de Expansão para o período de 2006 a 2015;
2. Plano Nacional de Energia para 2030.

Chama a atenção a tendência da matriz energética brasileira manter-se dependente de fontes renováveis. No período, as fontes não-renováveis tem a sua participação aumentada de 56% para 60%, em função basicamente do aumento do gás natural. As fontes renováveis decrescem de 44,4% para 40%, devido à queda no carvão e na lenha.

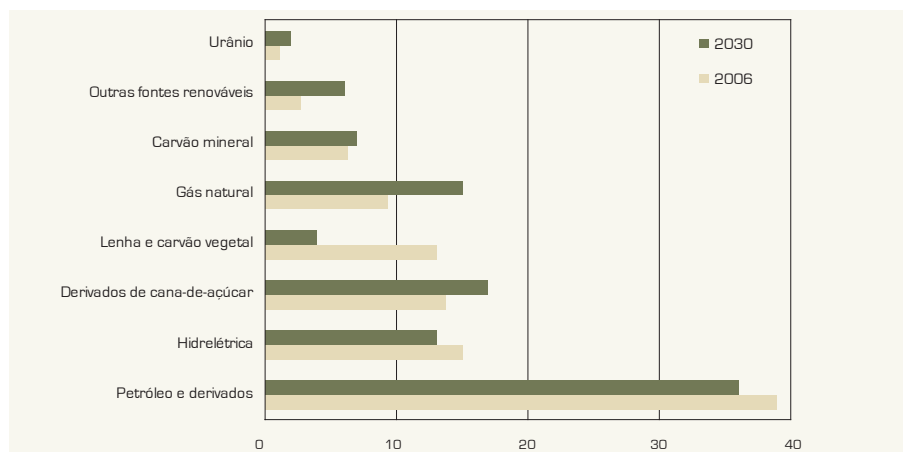
O ano de 2006 marcou o fim do período de sobras de energia, após o período de racionamento de 2001. O setor superou o risco de um novo racionamento em razão da crise do gás boliviano e pelas incertezas da liberação das licenças ambientais.

Segundo a Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base, o segmento recebeu R\$ 11,8 bilhões em investimentos. Ao longo do exercício entraram em operação 940 MW com a inauguração de três hidrelétricas. As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) chegaram a 265 com produção de 1.364 MW.

Este ano não será surpresa se houver problemas de preços da energia. De 1999 a 2005, o custo do MW médio para uma indústria de médio porte subiu de R\$ 63 para R\$ 185. Não existem novos projetos para empreendimentos. Dentro do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas está prevista a geração de 3.300 MW por meio de 63 PCHs, 54 parques eólicos e 27 usinas à base de biomassa.

Para aumentar a oferta de energia elétrica será necessária a definição de novas fontes e solução dos entraves ambientais. Uma rápida definição sobre o licenciamento ambiental dos rios Madeira e Belo Monte será crucial. ■

Brasil: participação na matriz energética (%)



Fonte: EPE

Meio ambiente

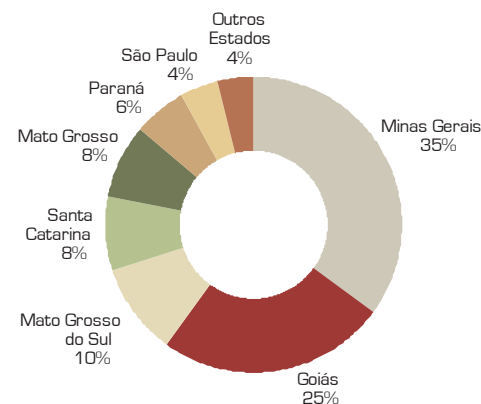
Biodigestor na granja

Daniela Bacchi Bartholomeu*
 Marcelo Bacchi Bartholomeu**
 Luiza Montoya Raniero***
 Sílvia Helena Galvão de Miranda****

OS DEJETOS suínos possuem elevado potencial poluidor no que se refere aos recursos naturais e podem contribuir para o aquecimento global. Durante o seu processo de decomposição, há produção do biogás, composto predominantemente por metano, causador de efeito estufa.

Com a vigência do Protocolo de Quioto, a partir de fevereiro de 2005, a suinocultura encontrou uma alternativa para tratar o biogás: a instalação de biodigestores, considerada uma atividade elegível para projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, que transforma o metano em CO₂ e reduz o

Brasil: projetos suínocolas de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, por estado, até setembro de 2006



seu impacto no aquecimento global. Até setembro de 2006, o setor já havia apresentado 33 projetos, com o envolvimento de 339 propriedades, distribuídas em 10 diferentes estados.

Produzir

Revolução da agroenergia

Como o número de animais por granja varia de 300 a 79 mil cabeças, é importante uma associação entre elas para a viabilização dos projetos entre os pequenos produtores. Ao todo, há mais de 1,86 milhão de suínos envolvidos nos projetos.

CO₂

Os projetos de MDL pretendem reduzir a emissão de CO₂ em 16,5 milhões de toneladas ao longo de dez anos. O maior deles estima reduzir mais de 1,8 milhão de toneladas de CO₂ e envolve 21 propriedades, enquanto o menor pretende reduzir apenas 39 mil toneladas de CO₂ e conta com três granjas.

Se a metade do rebanho suíno brasileiro em 2005, de 34,1 milhões de cabeças, segundo a Associação Brasileira de Industrialização, Processamento e Exportação de Carne Suína, encontrava-se em granjas com escala mínima para investir na instalação de biodigestores, a outra metade apresenta um potencial para reduzir mais de 150 milhões de toneladas de CO₂ ao longo de dez anos.

Diante desse potencial, além da estratégia de associação entre propriedades, também é fundamental a divulgação da existência desse mecanismo para os agentes da cadeia, em particular para os produtores e seus representantes. ■

* Doutora em Economia Aplicada e Pesquisadora em Economia Ambiental do Cepea/Esalq

** Graduando em Ciências Econômicas – Esalq/USP

*** Graduanda em Gestão Ambiental – Esalq/USP

**** Professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP e coordenadora da equipe de Economia Ambiental do Cepea/Esalq.



Cesário Ramalho da Silva*

A NECESSIDADE de obtenção de energia limpa a partir de fontes renováveis, em substituição aos combustíveis fósseis – poluentes, caros e escassos – promove uma busca frenética por matérias-primas alternativas para geração de energia.

Exemplos dessa mudança vêm das maiores economias do planeta. Os Estados Unidos estabeleceram a meta de reduzir 20% do consumo de gasolina em até dez anos. A União Européia, por sua vez, estipulou o uso de 5,75% de etanol na frota de carros até 2010.

Os EUA já usam um quarto da colheita de milho para fabricar etanol, cuja produção chega perto de 19 bilhões de litros por ano e cresce a taxas de 16,3 % ao ano desde 2000.

O cereal deve avançar especialmente sobre lavouras antes destinadas à soja e ao algodão e ter diminuídas as suas exportações. Desde setembro de 2006, os preços do cereal dispararam na Bolsa de Chicago.

Situação pior vive a União Européia. Com falta de terras para plantar, importará pelo menos seis milhões de toneladas de etanol até 2010 para suprir sua estratégia energética. A China aumenta o consumo e apresenta déficit de produção de milho. Vale frisar ainda que os chineses também mostram disposição para também usar o grão para a produção de etanol.

A busca por uma nova matriz energética, a partir do desenvolvimento de combustíveis limpos, provoca importantes mudanças na agricultura. Além de mudar a dinâmica dos mercados do milho, devido aos EUA serem o maior produtor e exportador mundial do grão, provocam impactos nos negócios com soja, algodão e etanol.

Esse cenário inédito abre janelas de oportunidades, em especial para Brasil e Argentina.

A SRB quer debater este novo horizonte, a fim de contribuir para a correta inserção brasileira nos negócios advindos da agroenergia. Com o remanejamento de seus estoques de milho para produção de etanol, os EUA diminuirão as exportações do grão, bem como terão menos insumos para as indústrias de alimentos e ração animal.

O Brasil e a Argentina poderão ocupar os mercados antes controlados pelos EUA e inclusive aumentar as exportações de milho para atender à demanda interna norte-americana. Quadro semelhante poderá ocorrer com a soja e o algodão, que terão menos produção, em razão do incremento da área com milho.

Além disso, o Brasil também poderá aumentar suas vendas de etanol para os EUA e a União Européia. E, em um futuro, talvez não muito distante, os EUA podem reduzir a tarifa de importação imposta ao produto brasileiro, hoje situada na casa do US\$ 0,54 por galão.

As boas perspectivas são grandes, mas nossos gargalos, com destaque para desafios em pesquisa rural e infraestrutura logística, também são. Certamente são áreas que devem estar no rol de nossas prioridades para uma efetiva recuperação da renda do produtor rural. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Legislação

Estatuto da terra

Luiz Augusto Germani

O ESTATUTO da Terra, Lei 4.504 de 1.964, foi alterado pela Lei 11.443, em 5 de janeiro do corrente ano, no diz respeito aos Contratos de Parceria e Arrendamento Rurais, normatizados e regulamentados, basicamente, nos artigos 95 e 96 do próprio Estatuto.

Com relação aos Contratos de Arrendamento Rural, a nova lei estabelece que o arrendatário:

- Para iniciar o plantio de uma cultura cujos frutos não poderão ser colhidos antes de terminado o prazo contratual, deverá ajustar, previamente com o arrendador (proprietário da terra), a forma de pagamento do uso da terra por este excesso de período.
- Em igualdade de condições com terceiros, terá preferência na renovação do Contrato de Arrendamento Rural, devendo o arrendador, em até seis meses antes do vencimento do

contrato, fazer ao arrendatário uma Notificação Extrajudicial em que exponha em detalhes as propostas existentes e dando-lhe a opção de igualá-las, ou sobrepujá-las.

Ainda pertinente aos Contratos de Arrendamento Rural, o arrendador que desejar retomar a posse do imóvel para exploração e uso próprio, diretamente ou por descendente, também deverá providenciar a Notificação Extrajudicial do arrendatário, via Cartório de Registro de Títulos e Documentos, expondo sua intenção.

No que concerne aos Contratos de Parceria Agrícola e Pecuária, a nova lei dá novos limites e parâmetros para a participação do parceiro proprietário nos frutos da parceria.

O limite de participação passa de:

- 10% para 20% do volume de produção, quando concorre somente com a terra nua.

- 20% para 25% dos frutos colhidos, quando concorre com a terra preparada.
- Se, além da terra preparada, o parceiro proprietário disponibilizar ao parceiro produtor a moradia, sua parte nos frutos pode atingir até 30% da produção alcançada.

Poderá, inclusive, atingir a 40% da produção, se o parceiro proprietário agregar à relação contratual, ainda, um conjunto básico de benfeitorias a serem utilizadas na parceria como, por exemplo, galpões, currais, cercas, etc.

Atingirá a 50% dos frutos quando forem agregadas à parceria pelo parceiro proprietário máquinas e implementos agrícolas, sementes, animais de tração etc.

E finalmente, e em especial na parceria pecuária, a lei estabelece a participação de 50% do parceiro proprietário quando os animais de cria ultrapassarem a 50% do número total de cabeças objeto da parceria.

Além de tais inovações nos limites e parâmetros da Parceria Rural, a nova lei estabelece que:

1. os parceiros partilham, de forma isolada ou cumulativamente, os riscos provindos de casos fortuitos e de força maior, além dos riscos mercadológicos (variação de preços principalmente);
2. os parceiros podem estabelecer pre-fixação de volume desde que, ao final do contrato, seja realizado o ajustamento do percentual do parceiro proprietário, de acordo com a produção.

Assim, diante de tais alterações, podemos afirmar que a nova lei procurou incentivar as contratações de arrendamentos e parcerias de imóveis rurais, uma vez que melhora a remuneração do proprietário da terra, sem deixar de proteger os interesses e investimentos dos arrendatários e parceiros produtores ou parceiro outorgado, uma vez que formaliza um pouco mais a relação. ■

* Advogado Agrário.
E-mail: germani@germaninet.com.br



Diário de bordo

Novo limite para a vida?

Roberto Rodrigues*



O GOVERNO brasileiro lançou, no último 8 de fevereiro, uma ambiciosa Política de Desenvolvimento de Biotecnologia. O objetivo é colocar o Brasil, no prazo de 15 anos, entre os 5 principais países na pesquisa e geração de serviços e produtos biotecnológicos.

Chega em boa hora!

É espetacular o que acontece nesse setor da ciência nos países desenvolvidos. As empresas que destinavam o total de sua atenção e orçamento à produção de fármacos, químicos ou defensivos agrícolas, voltam-se para a biotecnologia. Seus trabalhos podem mudar até conceitos técnicos antigos e comprovados, como os dos limites da vida. Seria exagero afirmar isto?

Os habitantes do Groenlândia são o grupo étnico com menor número de problemas cardíacos em todo o globo. Inicialmente, imaginava-se que isso se devia à sua rica alimentação à base de carne de peixe. Hoje sabe-se que na verdade tal “imunização” se deve ao ômega 3, substância encontrada em algas consumidas pelos peixes comidos pelos groenlandianos.

Pois bem: o ômega 3 foi isolado e introduzido na soja, cujo óleo, em menos de 10 anos, estará à disposição dos consumidores nos quatro cantos da Terra. Isso não muda uma parte do conceito de limite da vida? Milho resistente à seca poderá ser plantado em áreas até hoje proibidas para o cereal, gerando riquezas, empregos e melhores condições de sobrevivência para populações hoje marginalizadas. Novos genes bioinseticidas eliminarão milhões de toneladas de defensivos para algodão, tomate, frutas etc, contribuindo para minimizar as catastróficas perspectivas de mudanças climáticas.

São tantas as pesquisas nessa área animadas pela nanotecnologia, tanto dinheiro está investido (as empresas privadas estão no processo com o objetivo de lucro, mas a humanidade vai se beneficiar) que, brevemente, teremos produtos agrícolas com poderes medicinais, mais nutritivos, resistentes a pragas e doenças, à geada e à seca, muito mais saudáveis e produzidos de forma não-agressiva ao ambiente.

A questão da agroenergia também proporciona avanços na área. São inúmeros projetos para produzir muito mais etanol ou biodiesel por hectare nos próximos anos. Os investimentos maciços dos países ricos nos fazem correr o risco de ficar para trás em tecnologia. Podemos perder a vantagem natural que já temos com a cana (indiscutivelmente a melhor base energética para etanol) e a liderança conseguida com o Proálcool.

O programa lançado pelo governo brasileiro contempla esse setor com grandeza, pois tem como diretriz o estímulo à produção nacional de produtos estratégicos na área industrial para que a bioindústria brasileira seja mais competitiva e expanda suas exportações. E os alvos vão desde a barreira para a produção de etanol e biodiesel até a alcooquímica, passando pelos processos agrícolas e industriais de toda a cadeia produtiva.

Mas o programa é muito mais que isso, ao abranger um formidável leque de possibilidades, que incluem: plantas resistentes a pragas, doenças e a clima desfavorável; desenvolvimento de vacinas; tecnologias moleculares e de biosegurança; tecnologias para preservação de identidade genética da cultura; caracterização de genomas funcionais de patógenos (e já temos experiência internacional no

sequenciamento de genomas); melhoria nos laboratórios; verificação, certificação e rastreabilidade; e sustentabilidade ambiental, inclusive com a preocupação sobre mudanças climáticas.

Como se observa, é um plano amplo, que cuida do progresso das cadeias produtivas do agronegócio. Começa na prancheta do pesquisador e acaba na gôndola do supermercado, com clara preocupação em relação à preservação dos recursos naturais.

Claro que no projeto há várias questões não esclarecidas, a começar pelo aporte de recursos financeiros: o governo se dispõe a aplicar R\$ 10 bilhões nos próximos 10 anos, dos quais 60% seriam públicos, e 40% privados. Portanto, o setor privado precisa ser atraído para tal investimento. Isso implica mudar as regras de funcionamento da CTNBio, entre outros pontos, na área legal, como a Lei de Inovação Tecnológica e até mesmo a de Licitações. E, para que os avanços se concretizarem, foi criado o Comitê Nacional de Biotecnologia, composto por 10 ministérios, órgãos de pesquisa e agências financiadoras.

Só neste ano se pretende investir 820 milhões de reais no programa. É bom!

Portanto, além de apostar nos bons desdobramentos do ambicioso processo, vamos confiar na capacidade dos pesquisadores do mundo todo nessa mudança, até de paradigma, quando se trata de ciências da vida. Não há limite, com dinheiro e gente capaz para realizar conquistas latentes. O limite será dado pela ética e, para isso, toda a comunidade precisa estar empenhada e envolvida. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócios da FGV, presidente do Conselho de Agronegócios da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Opinião

Crescimento e segurança

João Sampaio*



“É A ECONOMIA, estúpido!”, a frase célebre do marqueteiro norte-americano James Carville durante a corrida para a Casa Branca, quando o republicano George Bush pai, apesar de ter vencido a Guerra do Golfo, perdeu as eleições para o democrata Bill Clinton, que entendeu que o olhar do eleitorado estava na economia, se aplica ao Brasil atual. O crescimento econômico em torno de 2,5 % ao ano, a crise vivida pelo agronegócio, responsável por 40% dos empregos brasileiros, e o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento -- anunciado pelo governo federal, que ainda precisa ser muito explicado e detalhado, influem na vida dos brasileiros muito mais que imaginamos.

A exposição das famílias brasileiras à violência das ruas, as recentes barbáries cometidas pelo crime organizado estão intimamente ligadas à economia. Um país que não cresce a taxas satisfatórias, que não cria empregos decentes com a mesma velocidade com que impõe aos jovens a procura, na maior parte das vezes inócua, de um lugar ao sol, só pode encontrar-se no quadro caótico que registramos nas suas grandes metrópoles.

Todas as medidas de segurança pública, tasi quais melhorar a polícia, formas alternativas de pena, a redução da maioridade penal são necessárias, mas a máxima de Carville de que o país precisa olhar para a economia e gerar riquezas vale tanto, que fica impossível não cobrar do governo e dos governantes políticas públicas voltadas para o crescimento econômico.

O tal do espetáculo do crescimento passa obrigatoriamente, mesmo contra a vontade de muitos urbanos, pela agri-

cultura brasileira. E aí... o PAC não emplacou. Tirando os prometidos investimentos em infra-estrutura rodoviária, incentivos à bioenergia, a agricultura não foi sequer mencionada. A raiz dos problemas como o alto endividamento do setor rural, a defasagem cambial, as altas taxas de juros, sem contar todos os gargalos da produção: defesa sanitária, falta de recursos para comercialização, seguro rural, armazenagem e plano de contratos a longo prazo. Tudo isto passou longe do PAC.

Mas não adianta aqui malharmos o programa do governo. É preciso apontar alguns caminhos e soluções para que saíamos da inércia para a aceleração do crescimento. Pensar globalmente e agir localmente, isto aplica-se tanto à agricultura, quanto à segurança pública. Precisamos de políticas de incentivo regional às atividades econômicas: a realidade dos produtores do Centro-Oeste difere das condições dos nordestinos e, por conseguinte, da dos agricultores do Sul e Sudeste. Criar uma agenda estrutural do setor compatível com as necessidades de cada região. Recuperação de estradas, construção de armazéns e formas de escoamento da produção devem obedecer a lógica de cada região. O chamado Custo Brasil deve ser o mais uniforme possível mas, para isso é preciso que o governo pense globalmente e especifique suas ações.

Se estruturalmente precisamos agir, o mesmo cabe quanto às ações de defesa sanitária, em um país de dimensões continentais como o Brasil. Elas devem ser não só regionalizadas como estadualizadas para que um surto de aftosa em um canto do país não embargue a carne bovina brasileira como um todo. Se em países

europeus cuja proximidade geográfica é menor que entre o Pará e São Paulo, não há embargo total por que somos penalizados de forma geral? Isto não depende tão somente da nossa vontade, mas de um trabalho consistente com as entidades internacionais de sanidade.

O mesmo critério regionalizado devemos ter com o seguro rural. Criar uma política de instrumentos de proteção ao produtor, de seguro ao crédito facilitado, mas conforme as demandas regionais. Cada vez mais, precisaremos investir neste caminho. Afinal de contas, somos uma federação, não somos? Então, os estados e governo federal podem desenvolver políticas conjuntas e esse podem ter atribuições e criar leis, conforme a sua realidade.

A discussão sobre segurança pública também deve passar por essas ações estadualizadas, o menino criado na periferia de Rio Branco, no Acre, e o garoto das favelas do Rio de Janeiro, apesar de a miséria os tornarem igualmente vítimas, são expostos a diferentes graus de violência. A penalidade e a idade para pagá-la diante da sociedade podem ser objeto de análise dos estados, respeitando a legislação federal.

Como podemos ver, agricultura e segurança pública têm muito mais a ver que imaginamos. Não podemos excluir a atividade agrícola dos grandes temas nacionais, pois essa é parte representativa e peça importante, se não a principal, da engrenagem que vai acelerar o crescimento econômico. ■

* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

A CONSULTORIA QUE FAZ A DIFERENÇA

O DESAFIO



A SOLUÇÃO



O RESULTADO



FGV Projetos, a consultoria da Fundação Getúlio Vargas

Contamos com o conhecimento gerado pelas Escolas de Administração, de Economia e de Direito da FGV.
Temos os maiores especialistas do Brasil, prontos para apoiá-lo na busca do sucesso do seu negócio.

▫ Estudos de Cadeias Produtivas

▫ Estudos de Viabilidade Econômica

▫ Elaboração de Projetos MDL

▫ Gestão de Risco

▫ Implantação de Pólo Agroindustrial

▫ Estudos de Custo de Produção

Rio de Janeiro

Praia de Botafogo, 190 6º andar 22250-900

RJ Brasil

☎ (5521) 2559-5424 📠 (5521) 2559-6061

São Paulo

Av. Paulista, 548 8º andar 01310-000

SP Brasil

☎ (5511) 3281-7784 📠 (5511) 3281-7891

💻 www.fgvprojetos.fgv.br

✉ fgvprojetos@fgv.br



Estamos reforçando o elenco, para você fazer bonito no campo.



Junte-se ao time que só pensa em conquistas quando o assunto é o campo. Filie-se à Associação Brasileira de Agribusiness para integrar-se estrategicamente a entidades e pessoas representativas do agronegócio brasileiro. Na Abag, você terá oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de planos político-estratégicos em defesa do setor e fomentar a divulgação do complexo agroindustrial brasileiro, aqui e no exterior.

Abag: você e sua empresa no campo, para vencer. www.abagbrasil.com.br tel (11) 3285 3100

